



Matheus Rafalski Reschke

**SISTEMA INFLACIONÁRIO E TAXA BÁSICA DE JUROS NO
BRASIL: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA MONETÁRIA BRASILEIRA**

Horizontina/RS

2022

Matheus Rafalski Reschke

**SISTEMA INFLACIONÁRIO E TAXA BÁSICA DE JUROS NO
BRASIL: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA MONETÁRIA BRASILEIRA**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pelo Curso de Ciências Econômicas da Faculdade Horizontina (FAHOR).

ORIENTADOR: Tiago Neu Jardim, mestre

Horizontina/RS

2022

**FAHOR – FACULDADE HORIZONTINA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia:

**“Sistema Inflacionário e Taxa Básica de Juros no Brasil: Uma Análise da
Política Monetária Brasileira”**

Elaborada por:

Matheus Rafalski Reschke

como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas

Aprovado em: 30/11/2022

Pela Comissão Examinadora

**Mestre. Tiago Neu Jardim
Presidente da Comissão Examinadora - Orientador**

**Mestre. Gilson Braz do Amaral
FAHOR – Faculdade Horizontina**

**Mestra. Ivete Linn Ruppenthal
FAHOR – Faculdade Horizontina**

Horizontina/RS

2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho especialmente a minha família, por estar sempre ao meu lado, me apoiando nas escolhas. A todos os professores, colegas e amigos, em particular meu orientador, o professor Tiago Neu Jardim, e o professor Stephan Sawitzki que colaborou para definir algumas trajetórias da pesquisa, além da professora Ivete Ruppenthal, que esteve conosco nos dois semestres para a formação da monografia. Ainda, quero ressaltar que sempre que foi preciso os professores citados acima, deram confiança e suporte para concretizar a realização do presente estudo.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus, pela minha vida e saúde abundante. Agradeço a minha família, em especial a minha mãe, que sempre fez o possível e o impossível para minha formação. Também, agradeço aos professores e economistas que estiveram presentes durante a realização do curso de Ciências Econômicas.

“A verdadeira dificuldade não está em aceitar ideias novas, mas escapar das antigas”. – John Maynard Keynes

RESUMO

Assuntos relacionados as políticas monetária e fiscal estão se intensificando cada vez mais no Brasil, visto que as variáveis preponderantes para a formação do preço estão afetando o poder de compra da população. As variáveis inflação e taxa de juros, que são segmentos controlados pelo governo e Banco Central, produzem diversas incertezas dentre as pessoas, devido a aptidão que possuem sobre o mercado financeiro. No que tange as consequências da utilização da taxa de juros, direciona-se a sugestão do método de longo prazo para reverter a inflação. Neste contexto, a presente monografia tem como objetivo investigar se a taxa de juros é um instrumento indispensável e mais adequado no combate à inflação no Brasil, sendo desenvolvido através de comparativos entre governos, preponderantes que afetam o perfil inflacionário brasileiro e a relação de crescimento econômico com a neutralidade da moeda, isso, possibilitando uma melhor percepção de soluções para estagnar a inflação. A metodologia utilizada para alcançar os objetivos é exploratória e descritiva, enquanto o método de abordagem aplicado classifica-se como dedutivo. Quanto aos métodos de estudo, foram utilizados os métodos de procedimento histórico e comparativo. Para a coleta de dados, foram exacerbadas as técnicas de pesquisa documental e bibliográfica. Examinou-se os dados por meio do *Software Excel* e análise de conteúdo. Para contemplar os objetivos, foram selecionados os principais fatores que conduziram as variáveis de inflação e taxa de juros durante o período de 2003 a 2018. Além disso, comparou-se o extremismo que ambas variáveis tem, quando se chocam com o poder de compra da população, em um mercado financeiro que busca ascensão. Desse modo, por meio da análise realizada, identificou-se que, a taxa básica de juros é a forma mais eficaz de controle da taxa inflacionária no curto prazo, visto que, a mesma possui capacidade de ainda financiar os gastos governamentais. Porém, ressalta-se que, no longo prazo a mesma não possui o mesmo efeito, pois apenas irá prolongar o problema, sendo que, nessa hipótese, o governo deve-se equivaler do ajuste das finanças, corte de gastos e aumento tributário.

Palavras-chave: Inflação. Taxa de Juros. Crescimento Econômico.

ABSTRACT

Issues related to monetary and fiscal policies are increasingly intensifying in Brazil, since the preponderant variables for price formation are affecting the purchasing power of the population. The inflation and interest rate variables, which are segments controlled by the government and the Central Bank, produce several uncertainties among people, due to the aptitude they have about the financial market. Regarding the consequences of the use of the interest rate, the suggestion of the long term method to revert inflation is directed. In this context, this monograph aims to investigate whether the interest rate is an indispensable and most appropriate instrument to combat inflation in Brazil, being developed through comparisons between governments, preponderant that affect the Brazilian inflationary profile and the relationship of economic growth with the neutrality of the currency, this, enabling a better perception of solutions to stagnate inflation. The methodology used to achieve the objectives is exploratory and descriptive, while the method of approach applied is deductive. As for the study methods, the historical and comparative procedure methods were used. For data collection, documentary and bibliographic research techniques were exacerbated. The data were examined using Excel software and content analysis. To contemplate the objectives, the main factors that drove the inflation and interest rate variables during the period from 2003 to 2018 were selected. In addition, the extremism that both variables have when they clash with the purchasing power of the population was compared, in a financial market that seeks to rise. Thus, through the analysis performed, it was identified that the basic interest rate is the most effective way of controlling the inflation rate in the short term, since it has the capacity to still finance government spending. However, it is noteworthy that in the long term it does not have the same effect, because it will only prolong the problem, and in this case, the government should be equivalent to adjusting finances, cutting spending and increasing taxes.

Keywords: *Inflation. Interest Rate. Economic Growth.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1: Curva de Demanda Agregada.....	25
Figura 2: Variação entre Inflação Meta e Efetiva (%)	34
Figura 3: Taxa de Juros Selic (média, %)... ..	36
Figura 4: Comparação Entre Inflação e Taxa Básica de Juros Selic.....	37
Figura 5: Dívida Líquida do Setor Público em Percentuais do PIB.....	39
Figura 6: Comparação Entre Investimento e Dívida Líquida do Setor Público	41
Figura 7: PIB Brasileiro.....	49

Quadros

Quadro 1: Comparação Entre os Modelo Clássico e Keynesiano	48
--	----

Tabelas

Tabela 1: Salário Mínimo do Período de 2003 a 2018	44
Tabela 2: Comparação Entre Valor do Litro de Gasolina e Salário Mínimo	45

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 METODOLOGIA	13
3 REVISÃO DA LITERATURA	16
3.1 POLÍTICA MONETÁRIA.....	16
3.1.1 Inflação no Brasil	17
3.1.2 Perspectivas das Escolas Econômicas Referente a Estabilização Monetária	21
3.2 POLÍTICA FISCAL.....	27
3.2.1 Consequências do Uso da Taxa de Juros para Controlar a Inflação	28
3.3 EFEITOS ADVERSOS DA TAXA DE JUROS SOBRE O CÂMBIO.....	30
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	32
4.1 PRINCIPAIS MOTIVOS QUE LEVARAM A UTILIZAÇÃO DA TAXA DE JUROS COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA MONETÁRIA	32
4.1.1 Histórico Inflacionário Brasileiro no Período de 2003 a 2018	33
4.1.2 Motivos da Utilização da Taxa de Juros como Controle de Inflação	35
4.1.3 Decorrências do Uso da Taxa de Juros	38
4.1.4 Métodos no Longo Prazo para Conter a Inflação	42
4.2 DIAGNÓSTICO DO PERFIL INFLACIONÁRIO BRASILEIRO A PARTIR DAS POLÍTICAS FISCAL E MONETÁRIA, NO PERÍODO DE 2003 A 2018	42
4.2.1 Poder de Compra no Brasil	43
4.3 ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO E A NEUTRALIDADE DA MOEDA.....	46
4.3.1 Neutralidade da Moeda em Seu Contexto Histórico	47
4.3.2 Índices de Crescimento Econômico	49
4.3.3 Crescimento Econômico e Moeda	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

O dilema inflacionário vivido no Brasil para muitos é um assunto novo, entretanto, vem desde a época militar, no momento em que acompanhou-se períodos de hiperinflações (quando a inflação galopante chegou a superar os 80% ao mês). Baseado no autor Castro (2020) foi em 1994, dia 1º de julho, após as eleições, que o então presidente da República Itamar Franco, assumiu sua tese denominada de Plano Real, um sistema que consistia na estabilização da moeda, esta, o Real Brasileiro, para enfim solucionar os problemas inflacionários que encontrava-se o país. O Real era um plano ambicioso baseando-se em alguns pilares. Antes de congelar os preços na moeda nova, os economistas responsáveis por sua implantação cuidaram também das causas. Uma das principais preocupações era o controle das contas públicas. Além disso, a principal moeda internacional viria a interferir no movimento, sendo usada como âncora, pois a indexação deixaria de ser pela inflação e passaria a ser ao dólar.

De acordo com o ex ministro da Fazenda e economista Joaquim Levy, é unanimidade dentre os brasileiros que a inflação voltou a gerar extremas consequências, devido a fatores internos e externos, que fizeram com que houvesse um aumento generalizado negativo de preços. Pode-se citar, alguns contingentes que favoreceram para o contínuo acontecimento, citado anteriormente, como: alta do dólar, valorização global do petróleo e estiagem que levou a uma quebra de safras no campo e ao aumento dos preços de energia (LEVY, 2022). Respectivamente levando-se em conta o histórico aumento inflacionário, o Banco Central comprimiu a política monetária, pertencendo a esta, delimitar os movimentos da taxa básica de juros (definida pelo COPOM). Diante do exposto, o tema dessa pesquisa trata-se do estudo da utilização da taxa de juros como instrumento de combate à inflação no Brasil, durante o período de 2003 a 2018.

Com o passar dos períodos (2003 a 2018), o Brasil presenciou diversos movimentos de aumento no sistema inflacionário, elevando, conseqüentemente a taxa de juros. Como consequência, o dinheiro dos brasileiros começou a corromper seu valor, e assim, absorve-se o poder de compra, promovendo a perda de liquidez na economia. Neste sentido, com o problema de pesquisa visa-se responder: de que

forma a taxa básica de juros pode ser um instrumento eficiente no combate à inflação?

Ao observar-se a lacuna existente no Brasil para se trabalhar sobre sistema inflacionário, nota-se que a investigação do tema é devido a importância de os brasileiros estarem cientes do que acontece nas movimentações da formação de preços, seguindo da contramão denominada de taxa de juros. Além do fator citado, vale ressaltar que serão analisadas as consequências que existem após equivaler-se da taxa básica de juros para contrair a inflação, observando que, a pesquisa foi realizada em território Brasileiro, durante o período de fevereiro de 2022 a dezembro do ano referido.

Os benefícios que esse estudo visa trazer, podem ser expressos através da preservação do cenário econômico Brasileiro, buscando converter os problemas de curto, médio e longo prazo no sistema inflacionário em soluções para quem habita o país. A decorrência da inflação, afeta extremamente o cotidiano da população, visto que, corrompe o poder de compra no mercado financeiro. Remete-se então, a importância de as pessoas possuírem conhecimento deste tema, praticado no cenário econômico do país.

Através de dados governamentais, é possível observar os impactos da variável monetária (inflação), aliada a variável fiscal (taxa de juros). É notório a questão de que os demandantes necessitam compreender os valores que estão incisos sobre os produtos ofertados, pois relaciona-se com os ajustes financeiros realizados para adquirir certos bens e serviços, considerando que haja um planejamento monetário. Além disso, analisa-se outra dimensão do período, na ótica da população, sendo este favorável, composto pelos investimentos realizados através da dívida pública.

Dada a importância de as pessoas estarem cientes e atualizadas sobre os acontecidos nas políticas monetárias e fiscais, ambientadas aos seus cotidianos, o objetivo geral deste estudo é investigar se a taxa de juros é um instrumento indispensável e mais adequado no combate à inflação no Brasil. Concluso, os objetivos específicos são determinados a seguir:

- a) Fazer uma abordagem histórica visando a compreensão das principais causas da inflação no Brasil que levaram o governo a se valer sistematicamente da taxa de juros como principal (senão o único) instrumento de política monetária;

- b) Fazer um diagnóstico do perfil inflacionário brasileiro de acordo com as suas características, a partir das políticas fiscal e monetária, compreendido do período de 2003 a 2018;
- c) Avaliar como o fenômeno inflacionário tem refletido sobre o crescimento econômico.

Enfim, esta monografia compõe-se, basicamente, de quatro capítulos divididos em breves subseções, além desta introdução (tratando sobre o tema, problema de pesquisa, justificativa e objetivos), trabalha-se a seguir com a metodologia de pesquisa, esta utilizada para o desenvolvimento do estudo proposto. Após, manifesta-se a contextualização histórica, traduzidas a partir de 2003 até o ano de 2018 (segmentação das escolas econômicas). Na sequência, apresentam-se os dados e as análises, seguido das considerações finais.

2 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa segundo Tumelero (2018), é a apresentação da execução de pesquisa do trabalho. Ou seja, é a designação de quais serão os métodos de busca e verificação de dados.

A classificação desta pesquisa, quanto aos seus objetivos, se divide entre exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória,

“[...] têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado” (GIL, 1987, p. 26).

Este estudo se classifica como exploratório pelo motivo de que o trabalho visou valer-se de estudos de casos, buscando mediar o principal problema da inflação no Brasil ao longo do tempo, instigando fatos históricos que trouxeram ao parâmetro dos dias atuais, ainda, considerando o uso da taxa de juros como fonte de combate ao crescimento inflacionário.

A pesquisa descritiva “[...] têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis” (GIL, 1987, p. 26). Este estudo se classifica como descritivo, uma vez que é descrita a influência do fenômeno inflacionário, como cada escola econômica/governo se posicionou quando teve seu poder, além de, atentar-se a relação de variáveis que tornaram a inflação um enorme contratempo para todos que residem no Brasil, principalmente aos que estão no controle de tudo (governantes).

Neste estudo utilizou-se o método de abordagem dedutivo. “[...] partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente)” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.106). A finalidade do uso deste método, condiz com o propósito de reformular as ideias dos pensadores monetários quanto ao período inflacionário, realizando uma pesquisa a partir dos momentos históricos já presenciados, quando relacionados a inflação e taxa de juros, além de, avaliar resultados, visando estimar qual escola melhor se adequa ao modelo brasileiro.

Com relação aos métodos de procedimentos, esta pesquisa equiparou-se ao uso dos métodos histórico e comparativo. De acordo com Lakatos e Marconi (1981),

o método histórico equivale-se por acompanhar episódios, atos e entidades do passado buscando relacioná-las às agremiações atuais. Na pesquisa adotou-se método de procedimento histórico, buscando descrever ideias e ideais que transcorreram durante o período de inflação, compreendido entre os anos de 2003 a 2018, valendo-se sistematicamente da taxa de juros como instrumento da política monetária para contê-la.

De acordo com Silva (2021), no método comparativo investiga-se manifestações, ocorrências, corporações, etc. A pesquisa utilizou-se do método de procedimento comparativo, buscando relacionar como cada escola monetária se comportou durante os períodos de inflação no Brasil e quais foram as medidas tomadas para “superar”.

Para coletar os dados foram utilizadas técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com Tumelero (2018), a pesquisa bibliográfica usufruiu de trabalhos e diversas análises, podendo ser, livros e artigos científicos. A presente pesquisa baseou-se em diversos materiais como os citados anteriormente, que compreendem toda a parte do sistema inflacionário e a utilização da taxa de juros.

Conforme Tumelero (2018), a pesquisa documental liga-se diretamente a documentos, sendo considerados como modelos as cartas, ofícios, etc. A pesquisa documental considera fontes de estatísticas de órgão público (como a taxa Selic e taxa de inflação), além de outros arquivos históricos, seja público ou privado, por exemplo, a tomada de decisões que os governos tomaram diante de tal adversidade.

Referente a análise dos dados, pode-se considerar que foram usadas as duas formas: quantitativa e qualitativa. Segundo Diana (2019), a análise quantitativa está prescrita pela ligação de elementos que conseguem ser agrupados pelo feitiço numérico. A análise quantitativa forneceu dados históricos importantes para a formação da inflação, sendo que, foram feitas comparações ao longo das décadas, visando compreender, por meio de gráficos, como foi condicionado periodicamente, o sistema inflacionário e a taxa de juros até os dias atuais.

Segundo Diana (2019), a análise qualitativa está condicionada a abranger os fatos pelo viés da junção de conceitos narrativos, instruindo peculiaridade e perquirição das pessoas. A análise qualitativa transmitiu ao trabalho os conceitos de cada escola monetária e como foram condicionadas as ações das mesmas ao controle da inflação, se fazendo o uso da taxa de juros.

Ao final, equivaleu-se da análise de conteúdo visando explorar e interpretar os resultados da pesquisa. “[...] a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 2006, p. 15)”. Buscou-se detectar qual seria o procedimento mais adequado adotado pelas escolas monetárias para controlar o crescimento da taxa inflacionária, ainda, responder se o viés da taxa de juros realmente é um ponto positivo para estagnar a inflação. Ressalta-se que, após o estudo realizado, buscou-se detalhar qual a solução que deve ser utilizada para estancar o crescimento inflacionário, visto no curto, médio e longo prazo.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo apresenta-se o referencial teórico que, segundo Traldi (2002), é imprescindível haver um breviário do que se encontra, de mais novo no avanço do fato preterido, embora que, as mesmas não acarretam parte de suas preferências. Já para Lakatos e Marconi (2003), o referencial teórico transige refletir a condição da barreira a ser estudada, acerca da configuração teórica e das demais análises já feitas.

De acordo com Godoy (2019), referencial teórico representa no arranjo da pesquisa acadêmica, porque autoriza que se observe o sustento usado para a estruturação das concepções seguradas em seu TCC ou dissertação de mestrado, tal como. Ainda, conforme a mesma autora, deve-se notar que o referencial teórico é uma das variáveis do referencial conceitual, traduzindo-se como algo mais palpável.

Para Coelho (2021), parte da pesquisa advém-se de abranger textos, livros, boletins e outras ferramentas atinente à literatura de uma pesquisa científica. O autor ressalta que é importante dedicar um estágio visando a leitura, além de optar, consultar e exercer uma distribuição de todas as referências bibliográficas, pois é esse fator que assegurará confiabilidade e peculiaridade do projeto.

3.1 POLÍTICA MONETÁRIA

A política monetária na economia brasileira é de extrema importância, afirma e explica o economista Tiago Reis “[...] na conjuntura econômica brasileira, a política monetária representa um papel de fundamental para o desenvolvimento da estrutura financeira do país [...]” (REIS, 2017, p. 3). Além disso, para o autor,

[...] a política monetária é o conjunto de medidas que um governo adota e que visa o controle da oferta da sua moeda na economia, ou seja, a sua liquidez. Dessa maneira, esse tipo de política praticada pelo Estado pode impactar diretamente a inflação e a taxa de juros de um país. E assim, impactar diretamente a economia.

O principal objetivo das políticas monetárias no Brasil, segundo o site do Banco Central (2022), é garantir a inflação sobre controle, sempre mantendo-a, o mais próximo possível da meta. Ainda, está relacionada a estabilização do preço, de acordo com o site do Banco Central do Brasil,

[...] a estabilidade dos preços preserva o valor do dinheiro, mantendo o poder de compra da moeda. Para alcançar esse objetivo, o BC utiliza a política monetária, política que se refere às ações do BC que visam afetar o custo do dinheiro (taxas de juros) e a quantidade de dinheiro (condições de liquidez) na economia. No caso do BC, o principal instrumento de política monetária é a taxa Selic, decidida pelo Copom. [...] manter a taxa de inflação baixa, estável e previsível é a melhor contribuição que a política monetária do BC pode fazer para o crescimento econômico sustentável e a melhora nas condições de vida da população. O crescimento de uma economia depende de uma série de fatores sobre os quais os bancos centrais não têm controle, como aumento da produtividade. Entretanto, inflação alta, instável ou imprevisível prejudica o crescimento econômico (NETO CAMPOS, 2022, p. 1).

No Brasil, durante diversos períodos (considerando o período de análise - 2003 a 2018), houve algumas políticas monetárias mal conduzidas, causando crises, segundo Reis (2017). Para que não aconteça isso, o autor relata que, o governo possui dois postulados de política monetária, subdividindo-os em dois enormes grupos: a política monetária restritiva e a política monetária expansionista.

Historicamente, o Brasil “[...] com suas grandes oscilações e volatilidade econômicas torna-se um ambiente propício para a constatação do uso de políticas monetárias [...]” (REIS, 2017, p. 4). Isso causa diversas oscilações entre política expansionista e contracionista, em pequeno prazo de tempo.

Os instrumentos primordiais da política monetária são denominados como *Open Market* (mercado aberto), Redesconto e Depósito Compulsório, segundo Reis (2017). Conforme o autor, no *Open Market* os bancos efetuam ações visando a compra e venda de títulos públicos federais. A taxa de redesconto, funciona como uma transação de empréstimos, realizadas pelo Banco Central para as instituições financeiras. Ainda, com o depósito compulsório, os bancos operam fazendo o recolhimento de um percentual sobre os valores depositados, tudo assegurado através do Banco Central.

3.1.1 Inflação no Brasil

Para Pena (2022), a definição de inflação se dá como um tópico econômico comumente usados para constituir o acréscimo natural dos preços nas agremiações. É expressa pela adição do custo de vida das pessoas e instituições, decorrente do aumento de valores dos bens e da depreciação monetária. O Banco Central Brasileiro, redigido por Neto Campos (2022, p. 1), designa a inflação em,

[...] a Inflação é o aumento dos preços de bens e serviços. Ela implica diminuição do poder de compra da moeda. A inflação é medida pelos

índices de preços. O Brasil tem vários índices de preços. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é o índice utilizado no sistema de metas para a inflação.

Advindo sobre o sistema inflacionário, no Brasil, os principais medidores da taxa de inflação, segundo Amorim (2021), são: IPCA, IGP-M e IPC-S. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) é presumido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), sendo abalizado como o índice oficial de inflação no Brasil, o índice calcula “[...] a variação de preços de produtos e serviços para o comprador final [...]” (AMORIM, 2021, p. 1).

Já o IGP-M (Índice Geral de Preços-Mercado), baseia-se em um cálculo realizado mensalmente, pelo FGV-IBRE (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) e concedeu-se gerado para apresentar “[...] uma medida abrangente da variação de preços, incluindo várias etapas de uma cadeia produtiva [...]” (AMORIM, 2021, p.1). O IPC-S (Índice de Preços ao Consumidor Semanal) é controlado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), sendo criado em 2003, visando medir “[...] a variação de preços de produtos e serviços em sete capitais do Brasil [...]” (AMORIM, 2021, p. 2).

De acordo com Sandroni (2016), as consequências de uma inflação alta são danosas para o sistema econômico de uma nação. Quando elevado ou sem alguma manutenção, tende a promover vários obstáculos e desvios econômicos. Se considera altas, aquelas taxas de inflações que são acima de 6% ao ano. Visto o levantamento realizado pelo autor Buss (2022), em 19 de maio de 2022, no Brasil, o governo aumentou a proeminência da taxa de inflação para o ano, passando de 6,6% a 7,9%. Comparando a taxa inflacionária do país coirmão (Argentina), que é mais delicada, segundo Borg (2022), a tendência de concentração para o ano beira os 33%.

As consequências de uma inflação elevada, para o site Banco Central do Brasil (2022, p. 1), são classificadas como,

[...] a inflação gera incertezas importantes na economia, desestimulando o investimento e, assim, prejudicando o crescimento econômico. Os preços relativos ficam distorcidos, gerando várias ineficiências na economia. As pessoas e as firmas perdem noção dos preços relativos e, assim, fica difícil avaliar se algo está barato ou caro. A inflação afeta particularmente as camadas menos favorecidas da população, pois essas têm menos acesso a instrumentos financeiros para se defender da inflação. [...] inflação mais alta também aumenta o custo da dívida pública, pois as taxas de juros da dívida pública têm de compensar não só o efeito da inflação mas também têm de incluir um prêmio de risco para compensar as incertezas associadas com a inflação mais alta.

Conforme o site da Research (2022), a inflação conta com diversas causas, sendo agregadas a seguir: demanda, custo, inercial e estrutural. A inflação de demanda, acontece “quando há mais procura do que a quantidade ofertada pelo mercado” (RESEARCH, 2019, p. 1). Ainda, para o autor, “seguindo a lei da oferta e demanda, quando a demanda está em um nível muito acima do que a oferta, é normal que ocorra um aumento de preços”. Já a inflação de custo, é definida como há decorrência de elevação das despesas de produção (mão de obra, matéria-prima, composição tributária, energia e a taxa de juros). Esse fator conduz a restrição ao estímulo de fabricação, diminuindo a oferta, relacionada a perquirição (RESEARCH, 2019, p. 2).

A inflação inercial, é a única que não há relação entre oferta e demanda, entretanto, trabalha em cima da projeção de inflação, apoiada em fenômenos antecedentes econômicos do país (RESEARCH, 2019, p. 3). Além disso, existe a inflação estrutural, que através de (Klotze, 2022, p.1) ocorre quando há elevação nos preços, aferindo como causas as deficiências na infraestrutura do país e na cadeia produtiva.

O autor Cardoso (2019), defende que tenha três fatores que causam a inflação. Os gastos públicos, custos de produção e a lei da oferta e demanda. A seguir, estão apresentados,

[...] gastos públicos: quando o governo gasta mais do que arrecada, é preciso produzir mais dinheiro (papel moeda) para que as contas sejam pagas. Isso desvaloriza a moeda porque o dinheiro circula em maior volume, mas a quantidade de bens e serviços no mercado continua a mesma. [...] custos de produção: a elevação dos preços da mão de obra, da energia elétrica e dos combustíveis, por exemplo, torna o custo de produção maior, o que reflete no preço pago pelo consumidor. [...] lei da oferta e demanda: quando a procura por um produto é maior que a oferta, seu preço tende a aumentar (CARDOSO, 2019, p. 53).

O governo Brasileiro adota um plano de Metas de Inflação, que, de acordo com Lima (2019, p.1), são medidas importantes para mediar o controle da taxa de inflação,

[...] são a medida onde o Estado se compromete a fazer o possível para manter a inflação na economia nacional próxima de um número definido, com variáveis aceitáveis para mais e para menos também estabelecidas. [...] sistema de metas de inflação visa manter a credibilidade do Banco Central para prometer ao mercado que a inflação não será vítima de pressões políticas dos governantes. Desde 1994 a hiperinflação tenta ser controlada no Brasil através do Plano Real. Em 1999, após uma crise de desvalorização do Real, o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso mudou a política econômica criando novas artimanhas para controlar os preços; adotando o Tripé Macroeconômico que incluía a política de câmbio flutuante, metas físicas e, por fim, metas de inflação. [...] no Brasil, as metas de inflação são definidas pelo Conselho Monetário Nacional

(CMN), formado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento juntamente com o presidente do Banco Central (BACEN).

Retratando análises históricas da inflação no Brasil, segundo Rossi (2022), na década de 90, em seu início tem-se o clímax da hiperinflação, quando os postos enchem, devido a um aumento futuro de aproximadamente 50% no valor da gasolina. Em seguida (1994), o governo de Itamar Franco lança o Plano Real, que,

[...] lançado no início de 1994, durante o governo Itamar Franco, o plano baseou-se, num primeiro momento, no equilíbrio das contas do governo, iniciado ainda no ano anterior, com redução de gastos, aumento de impostos e privatizações. O governo também promoveu a desindexação da economia – isto é, a inflação passada deixou de corrigir automaticamente preços e salários. [...] em 1º de julho de 1994, uma URV passou a ser igual a R\$ 1, o novo dinheiro entrou em circulação no país. Distribuir as notas e moedas do real pelo país foi uma das maiores operações de logística já vistas (ROSSI, 2022, p. 1).

A importância dos anos 2000 para a taxa inflacionária no Brasil, se deu pelo viés cambial (que será citado futuramente) e o de lucro, de acordo com Braga (2013, p. 1),

[...] as estimativas apontam que a inflação importada foi o principal tipo verificado de inflação na economia brasileira na década de 2000, seja por causa das pressões cambiais (ocorridas, grosso modo, na primeira metade da década) seja por causa das pressões dos preços das commodities (relevante principalmente na segunda metade da década). Nos anos 2000 ocorreu uma correlação média negativa entre a taxa de câmbio, de um lado, e os preços das commodities de outro. Para a inflação brasileira, tal relação inversa foi providencial, pois o comportamento de um atuou no sentido de amenizar as pressões do outro. [...] os preços administrados exerceram forte pressão sobre a inflação ao consumidor até 2005, especialmente em virtude dos preços dos combustíveis (mais especificamente, gasolina), da energia elétrica e da telefonia.

Em relação aos acontecimentos marcantes da movimentação inflacionária da década de 2011 a 2020, pode-se relatar, segundo Miozzo (2020), as duas extremidades, além do momento pandêmico vivido no mundo em 2020. Inicialmente, a autora relata que, no ano de 2015, a inflação disparou, chegando a 10,7% do IPCA, isso, principalmente explicado pela energia e combustível, além de, o custo de vida da população brasileira. Desde 2002 não se convivia com uma inflação tão elevada.

Ao outro viés, de acordo com Miozzo (2020), presenciou-se a baixa significativa da taxa de inflação, comparada ao piso, considerando que, esta foi a primeira vez que havia acontecido no Brasil, desde que o regime de metas foi criado (1999). Essa relativa baixa, explica-se pela conduta dos preços sobre alimentos e bebidas, que eram menores com a supersafra. Além dos marcos históricos citados acima, há de se considerar, conforme a autora, que o momento da pandemia de Covid-19, afetou a economia por inteiro, conjugando que, durante o período, a

inflação teve altos e baixos, sendo ainda, que os setores mais afetados foram os valores de alimentos e bebidas (chegando a ultrapassar 15% de alta nos preços). Para a autora, visa-se para os anos futuros, que a economia possa se restabelecer, periodicamente, em ambos setores empolados. Prontamente, na próxima seção, representará a formação das escolas econômicas quanto a seus projetos de estabilização monetária.

3.1.2 Perspectivas das Escolas Econômicas Referente a Estabilização Monetária

O sistema monetário “[...] refere-se à estrutura e conjunto de regras, regulamentos e convenções que regulam e governam as relações financeiras e monetárias entre os países [...]” (WALLINSON, 1987, p. 3). Para isso, tem-se diversas teorias de grandes escolas para basear-se, correlacionadas a estabilização da moeda.

Baseando-se na linha histórica, o Sistema Clássico, primeiro a surgir, trata a sua base teórica como “[...] a quantidade de moeda determina o nível de demanda agregada, que, por sua vez, determina o nível de preços [...]” (FROYEN, 2005, p. 65). Como níveis de preços, interpreta-se por ser a inflação calculada. A teoria desenvolvida pelos Clássicos chama-se teoria quantitativa da moeda, subdividida como a equação de trocas,

[...] uma identidade que relaciona o volume de transações, avaliadas a preços correntes, com o estoque de moeda multiplicado pela taxa de circulação da moeda. Essa taxa de circulação da moeda, que mede o número médio de vezes que cada unidade monetária disponível na economia é utilizada em transações durante o período, é denominada velocidade da moeda (FROYEN, 2005, p. 66).

O americano e defensor clássico Irving Fischer, criou uma fórmula para designar a teoria quantitativa da moeda, sendo:

$$Mvt = Pt * T$$

Onde, M = quantidade de moeda; Vt = velocidade de transação; Pt = índice de preços; T = volume das transações.

Outra teoria do Sistema Clássico foi desenvolvida, essa, para explicar alguns passos que a teoria quantitativa da moeda não deixou claro, sendo chamada de Abordagem de Cambridge à Teoria Quantitativa. Abaixo tem-se o cálculo:

$$M = k * PY$$

Onde, M_d = demanda por moeda; K = proporção da renda nominal; P = nível de preços; Y = renda. Para o autor Froyen (2005, p. 66),

[...] apesar das duas formulações da teoria quantitativa serem formalmente equivalentes, à versão de Cambridge representa um passo na direção de teorias monetárias mais modernas. O enfoque de Cambridge percebia a teoria quantitativa como uma teoria da demanda por moeda.

A Curva de Demanda Agregada Clássica, segundo o autor do livro macroeconômico, “[...] mostra as combinações de nível de preços e o produto real consistentes com a equação da teoria quantitativa, para um determinado estoque de moeda e uma velocidade de circulação fixa [...]” (FROYEN, 2005, p. 71). Já a Curva de Oferta e Demanda Agregada, desenvolvida pelo Sistema Clássico, representa, longas expansões do estoque da moeda, partindo de M_1 para M_2 , posteriormente, para M_3 , fomentando a movimentação da curva de demanda agregada para a direita. Pelo lado da oferta, o nível de preços eleva-se de P_1 para P_2 e, posteriormente, para M_3 , sendo que, o produto é por inteiro classificado pela oferta, permanecendo inalterado (FROYEN, 2005, p. 72).

Confrontando de imediato o Sistema Clássico, surge o Sistema Keynesiano, condicionado a repartições/escolas que representavam o economista britânico John Maynard Keynes. A teoria de Keynes, em conjunto com seus conceitos, não postulava em hipótese alguma a utilização da taxa de juros para combater a inflação. Isso porque, acreditavam que o problema da inflação era condicionado ao lado da oferta, e não de demanda. O conceito representa que quando há um aumento na taxa de juros, este ataca os sintomas e não as causas da inflação. Essa teoria diagnóstica que existem diversos tipos de inflação, sendo que, para cada um deve ser usado um instrumento anti-inflacionário diferente, colocando em evidência a busca para atacar as causas (SICSÚ, 2003, p. 3).

A moeda no Sistema Keynesiano “[...] afeta a renda através da taxa de juros. Um aumento no estoque de moeda, por exemplo, faz cair a taxa de juros, que, por sua vez, aumenta a demanda agregada e a renda [...]” (FROYEN, 2005, p. 123). Para o autor “[...] Keynes acreditava que a quantidade de moeda desempenhava um papel-chave na determinação da taxa de juros [...]” (FROYEN, 2005, p. 126). Ainda, conforme o autor, Keynes dividiu os ativos financeiros em dois grupos: a moeda e os demais ativos não monetários (títulos). Para os keynesianos a taxa de juros de equilíbrio seria aquela que iguale a oferta e a demanda por títulos.

A Teoria Keynesiana de Demanda por Moeda era subdividida em três tópicos de demanda, demanda por transação, demanda por precaução e demanda por especulação. De acordo com Cavalcante (2003, p. 3), o motivo transação tinha influência dos economistas clássicos, e servia da moeda como meio de pagamento (liquidez instantânea), além de, a demanda por este motivo não depender da taxa de juros. Já o motivo precaução, vai além da visão clássica, possuindo liquidez da moeda, esta, para satisfazer necessidades inesperadas (emergências), também, não dependendo da taxa de juros. Ainda, conforme o autor, o motivo especulação funcionaria como reserva de valor, sendo que, este sim dependeria da taxa de juros.

Posteriormente as escolas clássicas e keynesianas, surgem os monetaristas, confrontando as ideias anteriores. O monetarismo estabeleceu que a inflação é sempre e em todo lugar um fenômeno monetário (KREMER, 2003, p. 16). As proposições da escola monetária, conforme Froyen (2005, p. 239) são:

- a) A oferta de moeda é a influência dominante sobre a renda nominal;
- b) No longo prazo, a influência da moeda revela-se, basicamente, nos preços e em outras magnitudes nominais. No longo prazo, variáveis reais, como produto real e nível de emprego, são determinadas por fatores reais, e não monetários;
- c) No curto prazo, a oferta de moeda influencia variáveis reais. A moeda é o fator dominante que causa movimentos cíclicos na produção e nível de emprego;
- d) O setor privado é inerentemente estável. A instabilidade na economia resulta, basicamente, de políticas econômicas governamentais.

Para Froyen (2005), a conservação no crescimento do estoque de moeda é essencial para a preservação econômica. Ainda, a política fiscal, propriamente, tem insuficiente efeito metódico sobre a renda real ou nominal, não se apresentando como um evento acertado de conservação.

O principal defensor do movimento monetária foi Milton Friedman, professor de Economia da Universidade de Chicago de 1946 até 1977, este, descreve também, a Teoria Quantitativa da Moeda, “[...] Friedman percebia a necessidade de reformular a teoria quantitativa de maneira a aproveitar a contribuição de Keynes [...]” (FROYEN, 2005, p. 241). Para o autor, Friedman visava reafirmar a importância da moeda, que, após a grande depressão de 1930, ninguém havia tratado. Sendo assim,

[...] taxas de juros baixas e estáveis tornaram-se meta das políticas monetárias. Para alcançar essa meta, as autoridades monetárias cooperavam com o Tesouro para fixar os níveis de taxas de juros e, ao fazer isso, renunciavam ao controle da quantidade de moeda. [...] as autoridades monetárias compram e vendem títulos trocando-os por moeda (FROYEN, 2005, p. 242).

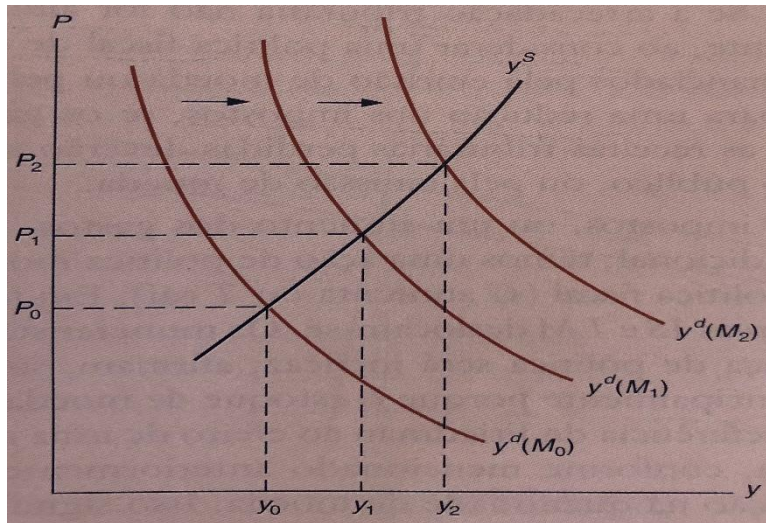
Friedman, então, elaborou duas teorias, a primeira, portanto, sendo A Reformulação da Teoria Quantitativa por Friedman: A Versão Fraca. Essa teoria priorizava afirmar que a demanda por moeda era contínua. “[...] a elasticidade da demanda por moeda em relação aos juros certamente não era infinita e, na verdade, seria “bastante pequena [...]” (FROYEN, 2005, p. 247). A quantidade de moeda, fator relevante, era dada como a influência atuante sobre o nível de atividade econômica.

A teoria versão fraca de Friedman afronta em diversas ocasiões a teoria keynesiana. Isso explica-se a seguir,

[...] primeiro, Friedman considera que a função demanda por moeda é estável. As variáveis na equação determinam a quantidade de moeda que será demandada; a função demanda por moeda, propriamente, não sofreria deslocamentos erráticos. Na opinião de Keynes, a função demanda por moeda seria instável, deslocando-se diante de mudanças na confiança do público na economia. [...] a moeda, como outros “bens”, tem uma série de atributos que a tornam útil, mas Friedman não considera proveitoso especificar demandas separadas com base em cada um dos usos da moeda. A terceira diferença entre as teorias da demanda por moeda de Friedman e Keynes é que o primeiro inclui rendimentos separados para títulos, ações e bens duráveis (FROYEN, 2005, p. 248).

Após concluída a primeira teoria de Friedman, há a segunda teoria, A Reformulação da Teoria Quantitativa por Friedman: A Versão Forte. Esta, classificada como “[...] a posição forte da teoria quantitativa estende a teoria quantitativa, transformando-a de uma teoria de demanda por moeda em uma teoria da renda nominal [...]” (FROYEN, 2005, p. 252). Para isso, o autor citado anteriormente, despende, considerando que na visão da escola monetária, o posicionamento da curva de demanda agregada é classificado sucintamente pelo nível de estoque da moeda.

Figura 1 – Curva de Demanda Agregada



Fonte: Froyen (2005).

Onde, os aumentos no estoque de moeda M_0 para M_1 , após M_2 , deslocam a curva da demanda agregada de $Y_d(M_0)$ à $Y_d(M_1)$, após $Y_d(M_2)$.

Retratando as suas origens no Sistema Clássico, surge a Escola Novo-Clássica, que baseia suas ideias em uma atualização do que era a teoria clássica, explicada por “[...] tanto o monetarismo como a economia novo-clássica têm suas origens teóricas em aspectos da economia clássica, e ambas as escolas chegam a conclusões similares com relação a políticas não intervencionistas [...]” (FROYEN, 2005, p. 291). A economia novo-clássica, era um ataque mais consistente ao sistema teórico keynesiano comparado ao monetarismo.

Para Froyen (2005, p. 296), o Ataque Novo-Clássico representava-se como,

[...] o princípio central de política econômica da economia novo-clássica é que a estabilização de variáveis reais, como produto e emprego, não pode ser alcançada pela administração da demanda agregada. [...] em outras palavras, segundo a visão novo-clássica, medidas sistemáticas de política fiscal e monetária de alteração da demanda agregada não afetarão o produto e o emprego, nem mesmo no curto prazo. A isso denominamos postulado novo-clássico da ineficácia das políticas econômicas.

Os economistas novo-clássicos, para Froyen (2005), acatavam que o produto real e o emprego não eram abrangidos por mudanças sistemáticas e, assim, tangíveis em políticas de demanda agregada. Ainda, para o autor, relativo a visão keynesiana e monetária, “[...] a visão novo-clássica de que mudanças imprevistas na demanda agregada afetam o produto e o emprego, ainda assim, não atribui nenhum papel significativo para políticas de estabilização macroeconômicas [...]” (FROYEN, 2005, p. 300).

A Contra-Crítica Keynesiana, que, vem para confrontar as ideias da escola novo-clássica, levanta uma série de objeções contra à visão da escola. O tema central imergido pelo grupo da resposta keynesiana à escola novo-clássica da conta de, conforme Solow (2005, p. 306),

[...] é muito cedo para arrancar os capítulos sobre IS-LM dos compêndios de sua possivelmente desperdiçada juventude. Os keynesianos continuam a acreditar que Keynes forneceu a base de uma estrutura útil para analisar os determinantes do produto e emprego. Eles continuam a acreditar na utilidade de políticas ativas para estabilizar o produto e o emprego.

A primeira objeção levantado pelos keynesianos à visão novo-clássica da conta da questão da persistência, esta, segundo o autor Froyen (2005), os keynesianos afirmam que, embora a hipótese das expectativas racionais possa explicar desvios do emprego em relação ao “pleno emprego”, tal explicação não é adequada para explicar os desvios persistentes e substanciais que, de fato, experimentou-se, a exemplo das profundas e prolongadas recessões de meados de 1970 até o início da década de 1990. A resposta advinda dos novo-clássicos a essa crítica, de acordo com o autor, é que, embora a causa do desemprego (mudança imprevista na demanda agregada), seja de curta duração, não há razões para que os efeitos desse choque não persistam.

A segunda objeção trazida pelos keynesianos à visão novo-clássica é sobre os pressupostos informacionais extremos das expectativas racionais, que, conforme Froyen (2005), relatam que os keynesianos afirmam que o pressuposto das expectativas racionais erra ao supor que os agentes econômicos utilizariam todas as informações relevantes ao fazer suas previsões. Tais regras são ingênuas porque pressupõem que os agentes negligenciam outras informações disponíveis (e potencialmente úteis) ao fazer essas previsões. A resposta pelo lado novo-clássico, de acordo com Froyen (2005), é de que os admitem que a hipótese das expectativas racionais é “irrealista”, mas preferem os pressupostos dela do que as formulações que pressupõem que os indivíduos formem expectativas de preços com base no passado.

A terceira e última objeção realizada pelo keynesianos, denominada de o mercado leiloeiro versus as visões contratuais do mercado de trabalho, segundo Froyen (2005, p. 313) é de que,

[...] na visão novo-clássica, como na teoria clássica original, pressupõe-se que o salário monetário ajusta-se rapidamente para equilibrar o mercado de trabalho. Essa é uma caracterização do mercado leiloeiro. Em contraste, na visão contratual keynesiana do mercado de trabalho, “os salários não são definidos de forma a equilibrar o mercado no curto prazo; ao contrário, são

fortemente condicionados por considerações de mais longo prazo.” [...] o salário monetário é rígido para baixo.

De acordo com Froyen (2005), os novo-clássicos negam que os termos dos contratos de trabalho sejam tão rígidos a ponto de empregadores e empregados não poderem realizar mudanças. Logo, tais contratos não trariam implicações para determinar se o mercado de trabalho será ou não equilibrado, ou seja, se haverá ou não desemprego involuntário. Após a análise da política monetária, no capítulo adjacente, se apresentará a política fiscal e uma de suas principais variáveis, a taxa de juros.

3.2 POLÍTICA FISCAL

A definição de política fiscal é expressa pela “[...] determinação do orçamento público, sendo, portanto, composta das decisões governamentais sobre gastos e tributação” (FROYEN, 2005, p. 78). Segundo o Ministério da Economia (2020, p. 1),

[...] a política fiscal reflete o conjunto de medidas pelas quais o Governo arrecada receitas e realiza despesas de modo a cumprir três funções: a estabilização macroeconômica, a redistribuição da renda e a alocação de recursos. A função estabilizadora consiste na promoção do crescimento econômico sustentado, com baixo desemprego e estabilidade de preços. A função redistributiva visa assegurar a distribuição equitativa da renda. Por fim, a função alocativa consiste no fornecimento eficiente de bens e serviços públicos, compensando as falhas de mercado.

Ainda, de acordo com o Ministério da Economia (2020), no Brasil, é elevadíssima a incumbência da política fiscal. A utilização certa dos meios públicos tenciona ao recesso, aos poucos, da dívida líquida alíquota do PIB, projetando apadrinhar com constância o crescimento e o desenvolvimento econômico do país. De forma prática, a política fiscal visa a geração de empregos, a condução positiva dos investimentos públicos e amplificar a rede de seguridade social, advindo a pobreza e desigualdade social.

Segundo o site de Investimentos Onze (2020), a política fiscal é importante para aqueles que tem condições de exercerem investimentos, influenciando no dinamismo dos próprios. Explica-se, pois, estimula justamente sobre o cômputo final da economia. Ainda, é necessário que o investidor se mantenha compactuado com o momento fiscal do país, pois assim estará preparado para investir no momento adequado.

Existem dois tipos de política fiscal, a expansionista e contracionista. O tipo expansionista “[...] busca estimular a economia. Por isso, os gastos públicos são

maiores. Ao mesmo tempo, há incentivo às exportações, diminuição das cargas tributárias e aumento de tarifas e barreiras para importação [...]” (REMESSA, 2020, p. 1) e a política contracionista “[...] aplica aumento dos impostos e diminuição dos gastos públicos [...]” (REMESSA, 2020, p. 1). Por sua vez, a neutra é difícil de alcançar, já que sempre existe a necessidade de equilíbrio da economia (REMESSA, 2020).

Na política fiscal, existem quatro indicadores e estoques, que, no geral, visam identificar a qualidade dos gastos públicos e/ou identificar os impactos na qualidade de vida da população, de acordo com o site Remessa Online (2020). São eles: resultado primário, resultado nominal, dívida líquida do setor público e taxa de juros (está definida pelo Copom – Comitê de Política Monetária). Os instrumentos da política fiscal, segundo o site Remessa Online (2020), são baseados em gastos governamentais e a tributação. Apresentou-se até agora a política fiscal como um todo, sendo que, na próxima seção irá analisar-se as consequências que a utilização da taxa de juros traz, quando usada para combater a inflação.

3.2.1 Consequências do Uso da Taxa de Juros para Controlar a Inflação

Para vislumbrar-se as consequências do uso da taxa de juros como controle de combate à inflação, tem-se a descrição do que seria esse instrumento tão importante para a economia Brasileira, refletindo até em investimentos e consumo. Segundo Omar (2008, p. 1),

[...] a taxa de juros pode ser definida como o preço do uso do dinheiro para um determinado período de tempo. Porém, enquanto a taxa de juros for um preço, seu impacto na economia não é limitado para o seu próprio mercado. [...] conseqüentemente, a taxa de juros desempenha um papel chave na tomada de decisões econômicas, já que interfere nos preços e nos custos de todos os setores da economia. É importante notar que há estreitas relações entre a taxa de juros e as variáveis econômica chave como: a inflação, o desemprego, a taxa de câmbio, os fluxos de capital, a estrutura da balança de pagamentos e o nível da dívida externa e interna. Um aumento na taxa de juros afetará investimento e consumo negativamente e, assim, interferirá no crescimento da economia.

A relação entre taxa de juros e inflação, é explicada por Oliveira (2022), quando, juros altos causam recessão de consumo, isso pelo fato de que, crediários e empréstimos se tornam mais caros (financeiramente falando). Entretanto, a elevação dos preços que incide no Brasil vem principalmente do lado externo, ainda

que, o consumo seja relativamente baixo na economia brasileira, as pressões por acréscimos de preços permanecem.

O primeiro impacto que a utilização da taxa de juros para controlar a inflação traz, é o aumento da dívida pública. Para o site G1 Economia (2022, p. 1),

[...] o aumento da Selic gera uma despesa adicional com juros da dívida pública. As despesas com juros impactam a dívida pública, indicador olhado por investidores internacionais para aumento da confiança no país. [...] esse receio do capital internacional pressiona o dólar para cima, enquanto o mercado aguarda uma trajetória de controle da dívida. E a saída de dólares pressiona a inflação. [...] em um país com dívida pública alta, o impacto da alta taxa de juros se ligará diretamente ao aumento da dívida pública e afetará severamente a capacidade do governo para financiar seus projetos de investimento e cumprimento de seus programas econômicos e sociais.

O segundo impacto trazido, é a recessão do PIB (Produto Interno Bruto), quando, segundo o site G1 Economia (2022), com o acesso menos acessível ao crédito (financeiramente), e a elevação dos valores com a inflação, as empresas advém de fazer menores investidas, influenciando diretamente, como ponto negativo, o Produto Interno Bruto (PIB). Já para as pessoas físicas, a elevação das taxas bancárias são regressas aos provenientes.

O terceiro e último impacto de mais imediato, é a desvalorização da moeda Americana, o Dólar. De acordo com o site G1 Economia (2022), está diretamente ligada aos investimentos feitos no Brasil, vindos de fora para dentro. Isso justifica-se, de acordo com o site citado anteriormente, como, de certa forma, elevar os juros as vezes tendem a favorecer na busca de investidores ao país. Economias em crescimento, se tornam atraentes condizente ao aumento da relação risco-retorno. A queda do dólar influencia na inflação, quando aparta o fôlego da inflação. Alguns commodities, como os alimentos e combustíveis, sofrem consequências com o exercício relacionado acima.

Conclui-se que, o investidor que advém de fazer seus investimentos no Brasil, deve aclarar, inicialmente, as políticas econômicas e após, comportar-se de forma correta para não haver rombo financeiro. Além disso, aguarda-se que, o comportamento fiscal não irá durar para sempre (cenário de extrema expansão). Isto é, em alguma ocasião é vislumbrada uma restrição na demanda agregada da economia (REIS, 2018). Visto isso, no próximo capítulo apresentará uma breve relação entre taxa de juros e câmbio.

3.3 EFEITOS ADVERSOS DA TAXA DE JUROS SOBRE O CÂMBIO

Baseando-se nos primórdios, a explicativa é designando o que seria a taxa cambial “[...] é o preço de uma moeda estrangeira medido em unidades ou frações (Centavos) de moeda nacional [...]” (BANCO CENTRAL, 2022, p. 1).

Correlacionando a taxa de juros com o câmbio, criam-se, segundo Grandchamp (2020, p. 2), impactos micro e macroeconômicos. Para ele,

[...] em síntese, ao se investir no Brasil corre-se o risco de uma economia emergente mas tem-se o retorno de uma economia consolidada. Em resumo, nesse cenário o Brasil atrai menos capital especulativo e, eventualmente, a moeda pode se desvalorizar com a saída de recursos do país. Se por um lado os juros menores são menos atrativos aos investidores, por outro, a estabilidade da economia e as reformas políticas, apresentam um ganho institucional dando maior credibilidade ao país atraindo fluxo de investimento.

Já para a autora Schiabel (2021, p. 6), a taxa de juros vai na contramão da taxa de câmbio. Ainda, “[...] quando a taxa de juros sobe, como exemplo o aumento da taxa Selic, a inflação do país tende a diminuir, bem como a taxa cambial, valorizando a moeda nacional [...]” (SCHIABEL, 2021, p. 8). Para a autora, o dólar tende a manter seu valor, este, considerado valioso, explicado pelo fato de que é a moeda mundial para transações comerciais entre as nações.

Na convenção formal e histórica, explica-se a relação entre taxa de juros e câmbio, através da Teoria do Efeito Fisher, quando, segundo Konrad (2022, p. 2),

[...] a variação entre taxas de juros no modelo nacional é igual à variação da inflação e, no modelo internacional, a variação entre taxa de juros é igual a variação da expectativa da taxa de câmbio. As relações impostas pelo efeito Fisher permitem as projeções da taxa de câmbio e inflação dada a taxa de juros caso as paridades clássicas sejam válidas.

Outra teoria clássica surge, que, através de Konrad (2022) é pressuposta de forma que, o mercado de bens e ativos são importantes para a formação da taxa cambial, atrelando ao fato do equilíbrio entre os dois mercados, para que assim, proporcionar-se a formação do terceiro, este, exposto a analogia do poder de compra, expressa a concordância entre nível de preços e taxa cambial. Em consequência, a analogia de juros abona a taxa cambial futura, correlacionada à taxa nominal de juros.

O autor Konrad (2022) dispõe da classificação quanto as teorias citadas acima, relatando através de uma forma explicativa quais seriam os erros e acertos de cada, como,

[...] o pressuposto da pesquisa assume que se ambas as condições clássicas de paridade são verdadeiras no curto prazo, a política monetária

não poderá influenciar a taxa de juros real. Ante isto é, o rendimento real dos ativos não será abalado por qualquer decisão da autoridade monetária. Entretanto, caso uma das relações de paridade venham a falhar por conta de incertezas ou aversão a riscos, a política monetária terá efeitos sobre a taxa de juros real e poderá haver um desequilíbrio entre a taxa de juros internacional e a do seu próprio país. A pesquisa traz consigo aplicações reais das teorias de paridade e conclui a necessidade de outros métodos para a formulação de uma taxa de câmbio de equilíbrio que correspondam a macroeconomia atual, mas mantém a validade delas em economias pequenas e abertas. Por mais que as paridades clássicas não se adequem de forma perfeita à realidade e necessitem de outras métricas para estimarem a taxa de câmbio, elas são os pilares para a compreensão do mecanismo básico que rege as leis da oferta e demanda no mercado monetário de qualquer país. Essas teorias são utilizadas principalmente para desvendar os rumos da taxa de câmbio a longo prazo, onde os efeitos de seus mecanismos de transmissão são observáveis, e devem ser complementadas conforme o horizonte temporal de quem deseja estimar o preço relativo das moedas (KONRAD, 2022, p. 3).

Por fim, retratando-se sobre a importância de uma política cambial, sendo que, esta, atinge rigorosamente a vida das pessoas, ainda que, não possua operações com o exterior. A taxa cambial contempla os preços dos bens que a nação importa e exporta, estimulando dessa forma, outros tantos preços da economia (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022). Viu-se até agora os efeitos que a taxa básica de juros acarreta sobre o Câmbio. No próximo capítulo fara-se uma análise em torno dos resultados da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A presente seção, destina-se a inquirição dos resultados, este, consiste na definição das dimensões que representam o objeto de estudo seguinte. As informações relatadas, apresentam-se através de uma análise envolvendo variáveis macroeconômicas e governamentais.

4.1 PRINCIPAIS MOTIVOS QUE LEVARAM A UTILIZAÇÃO DA TAXA DE JUROS COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA MONETÁRIA

Inicialmente, deve-se submeter a uma breve análise das variáveis que serão tratadas neste capítulo. A inflação, é determinada pelo preço, quando há aumento nos valores dos bens e serviços em um certo período. A causa essencial para esse evento, é o desequilíbrio entre demanda e oferta, sendo resultantes de uma série de adjetivos.

Por outro lado, a taxa básica de juros na economia, retratada no Brasil pela taxa Selic, é o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central para controlar a inflação, citada anteriormente. O uso da taxa Selic, reflete nas taxas de juros em empréstimos/financiamentos bancários e aplicações financeiras.

O câmbio, por sua vez, é explicado através da relação entre duas moedas de países diferentes, ou seja, é o valor pago para trocar uma moeda por outra. Após alguns estudos, pode-se deliberar que a taxa cambial influencia sobre a inflação, quando a mesma trabalha em oposição a taxa de juros.

O governo, a fim de solucionar o problema da inflação aferindo do uso da taxa de juros, trás consigo algumas consequências, como a dívida pública, está sendo correlacionada ao uso da taxa Selic. Precisamente, quando eleva-se a taxa Selic, aumenta-se os gastos públicos pois o governo se compromete com os juros das dívidas públicas.

4.1.1 Histórico Inflacionário Brasileiro no Período de 2003 a 2018

O governo brasileiro, desde o Plano Real, adota um plano sistêmico para combater o aumento degenerado da inflação ao longo dos períodos, controlando-a, através do uso da taxa de juros, a taxa Selic. De modo geral, a prescrição esteve presente de forma polarizada nos governos que serão investigados ao decorrer do trabalho (Lula, Dilma Rousseff e Michel Temer).

A utilização por parte do governo da taxa Selic para controlar a inflação foi escolhida pois os juros determinam o nível de consumo do país. Na prática, o governo exerce o desaquecimento da economia, pois, com juros altos, a população tende a comprar em menor montante, promovendo a queda da taxa inflacionária.

A inflação pode ser dividida, basicamente, em quatro: inflação de demanda, inflação de custo, inercial e estrutural. A primeira, como o próprio nome sugere, é catalogada pela procura de produtos e serviços, quando há mais procura do que a quantidade ofertada pelo mercado. Para evidenciar, através da lei da oferta e demanda, quando a demanda está em um estágio muito acima comparado a oferta, é banal que ocorra um aumento de preços.

A segunda, chamada tanto de inflação de custo quanto de oferta, consiste no momento em que acontece uma elevação dos custos de produção (como matéria prima, mão de obra, tributos e taxa de juros). Esse movimento implica na redução do incentivo para a produção, estagnando a oferta no que se diz respeito a procura.

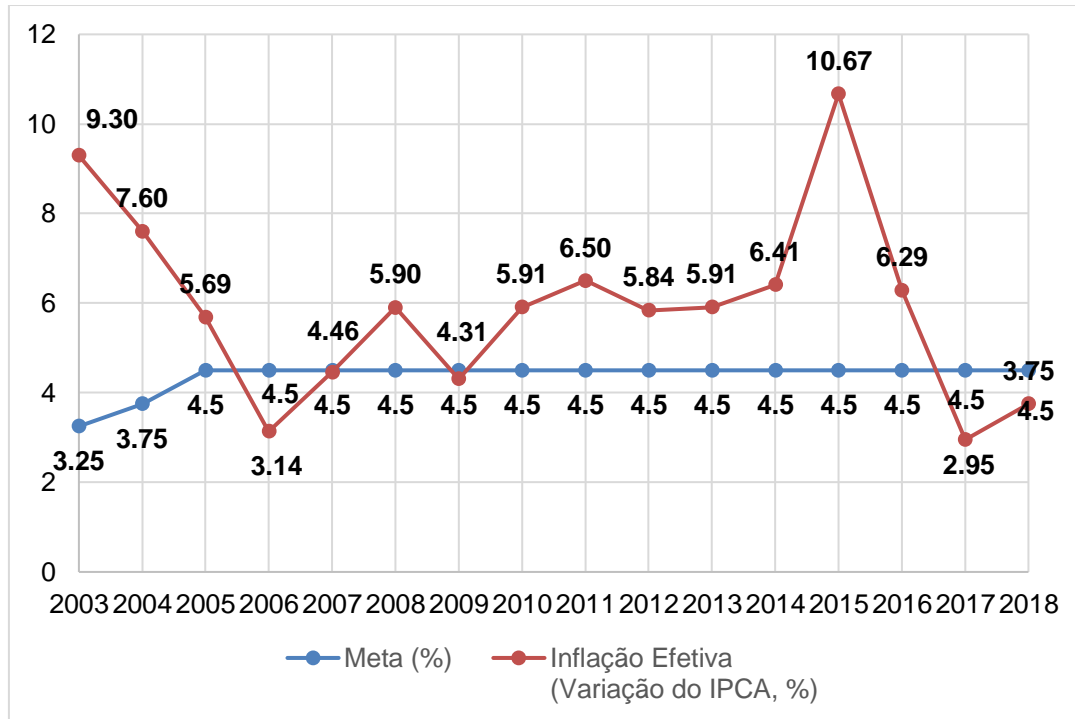
A terceira, a inflação inercial está ligada a perspectiva de inflação, retratada no histórico da situação econômica do país. De forma prática, a causa da inflação inercial é por questões especulativas criadas entre o mercado.

Por fim, a inflação denominada estrutural, surge quando há aumentos nos preços, considerando como causas as deficiências na infraestrutura do país e na cadeia produtiva. O principal exemplo, esmiúça-se através das greves de caminhoneiros, quando por esse evento, não há como transportar produtos para as regiões, ocasionando uma certa estagnação da economia.

Para um maior controle da taxa inflacionária, o governo equivale-se da meta de inflação, que é um índice onde busca-se manter próximo a variável inflação (calculada pelo IPCA, em percentual) e meta, havendo algumas particularidades quando se tem disparidades entre as mesmas. A seguir, na figura 2, apresenta-se a

relação entre a variação da inflação meta e efetiva, esta medida a percentuais do IPCA.

Figura 2: Variação entre Inflação Meta e Efetiva (%)



Fonte: Adaptado do Banco Central do Brasil (2022).

Conforme a análise geral da figura 1, esta segmenta-se na dificuldade em que o governo e Banco Central tiveram para manter-se próximo a meta de inflação, indicando principalmente, uma elevada taxa de inflação, comprometendo a meta determinada para ela nos períodos.

Em 2003 a meados de 2006, obteve-se uma queda drástica na taxa de inflação, traduzida pela política conservadora de juros pregada pelo Banco Central. Segundo o então presidente Lula, o controle da inflação era o objetivo mais relevante do seu primeiro mandato. A valorização do real frente ao dólar, a boa oferta de produtos agrícolas e os menores aumentos tarifários públicos foram fatores preponderantes para a condução do movimento.

A partir de 2009, a inflação foi sofrendo com aumentos contínuos, tendo seu ápice especificamente em 2015, no então mandatário da ex presidente Dilma Rousseff. A análise dos fatores que compuseram o aumento descontrolado da taxa inflacionária é elucidada principalmente pelos preços administrados. Os itens controlados pelo governo, como a energia, gasolina, gás de cozinha e plano de saúde estabeleceram-se com recordes de acréscimos. Condicionado a alguns

estudos, observa-se que a ação é apresentada como uma correção de preços, quando devia-se ter efetuado os reajustes em períodos anteriores.

Após o grande presságio passado no ano de 2015, a inflação passa a cair em 2016, resultante de uma série de eventos, como o controle dos preços administrados. Visivelmente, o governo (atribuído a Michel Temer) e Banco Central trabalharam para manter-se alinhado a meta de inflação, atuando em diversas áreas com o intuito de trazer maior segurança para a variável macroeconômica.

4.1.2 Motivos da Utilização da Taxa de Juros como Controle de Inflação

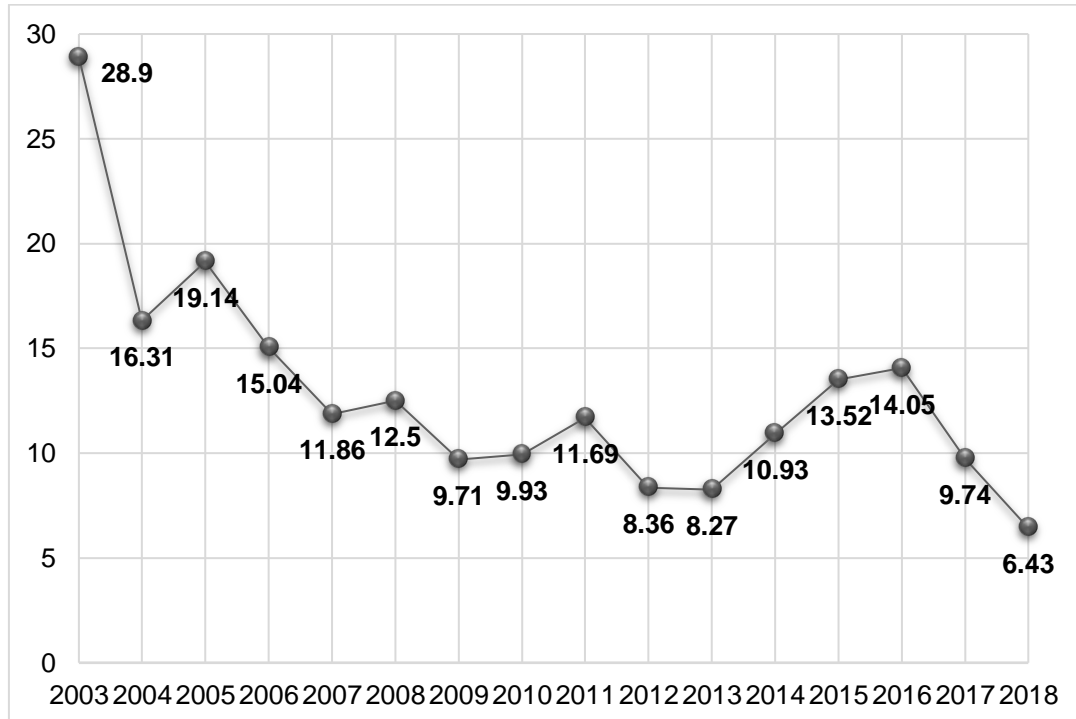
O método de adoção da taxa de juros para administrar a taxa inflacionária deve-se ao Plano Real, este executado pelo então presidente da República Brasileira, Itamar Franco. Embora fosse um plano ambicioso de curto prazo, visto nos dias atuais, surtiu certo efeito, condicionado aos períodos de análise do presente estudo. Para evidenciar os rastros deixados, basta-se perceber que ainda, é a fuga mais utilizada pelos governos e Banco Central visando controlar a taxa de inflação. O prognóstico do Plano Real, consistia para Jardim (2007, p. 11), “tentativa de conter a expansão dos preços via restrição da demanda e de atrair capitais externos a fim de financiar o déficit e a posterior opção do governo em manter o câmbio sobrevalorizado”.

Assertivamente, a taxa de juros, então denominada taxa Selic, age na perspectiva de barrar o crescimento da taxa inflacionária, quando, com a elevação da mesma (realizada pelo Copom), há restrição de oferta monetária. Representado na prática, financiamentos e empréstimos bancários, tornam-se extremamente desvantajosos, este na perspectiva do indivíduo tomador. Com esse efeito, o impacto na economia é imediato, ocasionando uma onda de desaceleração econômica.

Vislumbrado o círculo vicioso da inflação e a taxa de juros, projeta-se que, as duas andam lado a lado, por exemplo: com a alta da inflação, automaticamente o Copom equivalera-se da política fiscal como execução de controle, sendo que, ao outro modo, uma inflação controlada com perspectivas de queda, gera poder a economia, liberando compressas para que os bancos ofertam de grosso modo o crédito.

A figura 3, a seguir, visa retratar, em seus determinados períodos de análise, a taxa básica de juros, ou seja, a taxa Selic, que para o economista e professor Roberto Ellery, equivaler-se dela, está no manual do Brasil, quando busca-se impedir a expansão da demanda enquanto ocorre um problema de oferta, agravando a inflação (ELLERY, 2022, p.1).

Figura 3: Taxa de Juros Selic (média, %)

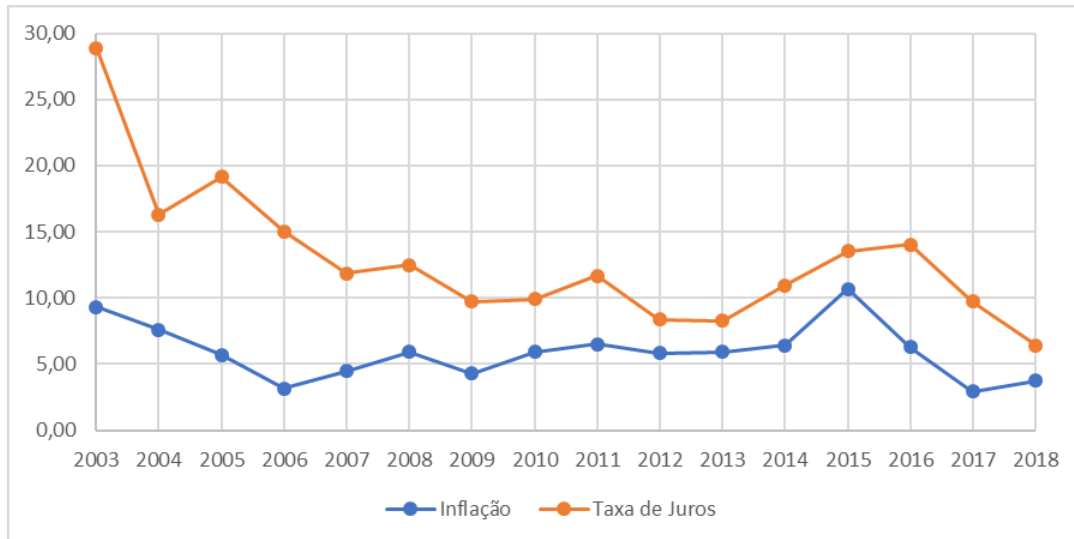


Fonte: Adaptado do Banco Central do Brasil (2022).

No modo geral, as imperfeições adotadas pelo Banco Central no viés da política econômica geram algumas incertezas, quando há, para Roberto Ellery, a dilatação entre aceder o problema e consentir a única ferramenta capaz de agir na contenção inflacionário (representada pela taxa básica de juros). Pode-se citar um exemplo imediato que se teletransporte para o sucesso na ambição do plano econômico, quando o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, em 2003, elevou a taxa de juros para 28,9%, durante o primeiro mandato do ex presidente Lula. De acordo com Roberto Ellery, “[...] isso foi o remédio que conseguiu controlar a inflação lá em 2003, período lembrado até hoje como de prosperidade [...]” (BRASIL DE FATO, p. 1, 2022).

É necessário, ainda, fazer uma breve perquirição, correlacionando as duas variáveis macroeconômicas, através da figura 4, apresentada a seguir.

Figura 4: Comparação Entre Inflação e Taxa Básica de Juros Selic



Fonte: Adaptado do Banco Central do Brasil (2022).

Conforme análise básica do gráfico, nota-se que as duas variáveis tendem a segmentar no mesmo viés, como foi estabelecido anteriormente no estudo. Diretamente, os períodos selecionados no gráfico representam diversos acontecimentos vivenciados pelo governo, Banco Central e mercado. Para a formulação dos índices, faz-se necessário impregnar a origem da inflação praticada nos períodos estudados, condicionada de forma analítica na seção acima.

O principal objetivo do primeiro mandato do ex presidente Lula, condicionava ao fato de estancar a inflação, e para isso, teve o uso imediato da taxa básica de juros visando frear a alta elevação. Como é possível vislumbrar, a taxa de juros combate a taxa inflacionária, causando forte recessão da mesma até o final de 2006. Entre 2006 e 2007, observa-se que as variáveis andaram na contramão, podendo determinar que, nesse período houve uma leve repressão do Copom, até passar a entender o que se presenciava no mercado. Logo após, a taxa de juros volta a elevar-se, projetando conter a inflação que esteve com alguns aumentos não tão perceptíveis.

O período de 2013 a 2015 foi constituído por elevação considerável em ambas as taxas macroeconômicas, visto que, o mercado vivenciou um forte aumento nos valores dos preços administrados. Em 2015, o Copom estabeleceu uma elevada rigidez no cenário da taxa de juros, quando ajustou para 13,52%, pois a inflação chegou a estar em 10,67% do IPCA.

Depois da passagem negativamente marcante para a economia nacional, já sob a administração do ex presidente Michel Temer, este consegue o feito de estabilizar a inflação equivalendo-se da taxa de juros, conduzindo as duas variáveis para uma queda relativa.

A incidência cura da inflação, denominada taxa de juros, traz consigo malefícios para a economia, afetando alguns indicadores financeiros que serão apresentados na seção seguinte.

4.1.3 Decorrências do Uso da Taxa de Juros

De forma direta, pode-se dizer que, o Plano Real, citado ao decorrer do estudo, já representava a ênfase na solução de um problema com perspectivas da criação de outro, este ainda maior. Traduzida para a prática, consistia na troca da inflação por uma dívida pública crescente. Para Sayad (1998, p. 85), “esse crescimento da dívida pública é o imposto anti-inflacionário que a sociedade terá que pagar para obter a estabilidade monetária com a estratégia adotada pelo Plano Real”. Criou-se então um dilema, vivenciado durante os dias atuais.

A decorrência do uso da taxa de juros, permanecendo elevada, contribuí ao afluxo de capitais, aumentando a oferta de crédito no mercado interno coagindo ao governo a retrair esse excesso segregando títulos. Consequente a entrada desses capitais no país, o câmbio se valoriza, e o déficit em conta corrente eleva-se.

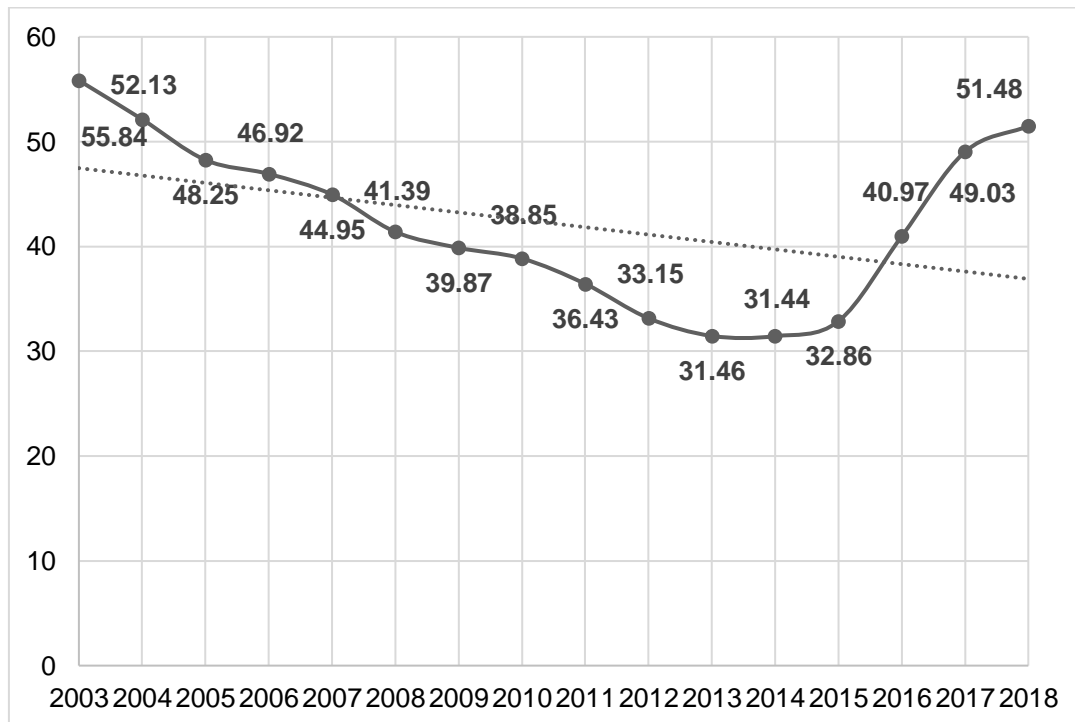
Deve-se considerar, que o aumento da taxa de juros gera uma despesa adicional, essa transgredida pelos juros da dívida pública. Ou seja, o governo visando contrair a taxa inflacionária, banca de certa forma, os juros para as pessoas. A dívida pública estipula-se em uma chancela onde o governo capta seus recursos no mercado para manter investimentos e programas sociais durante um déficit fiscal. Segundo a literatura econômica, existem quatro objetivos básicos pelos quais é economicamente justificável a existência da dívida pública, sendo:

- a) Financiar o déficit público;
- b) Propiciar instrumentos adequados à realização da política monetária (no caso específico da dívida interna);

- c) Criar referencial de longo prazo para financiamento do setor privado, uma vez que as emissões públicas, dados seu alto volume e menor risco de crédito, servem como referência para a precificação de dívida privada;
- d) Propiciar a alocação de recursos entre gerações, na medida em que (a depender do prazo dos instrumentos de financiamento) à geração futura caberá o pagamento das despesas realizadas no presente com recursos oriundos do endividamento.

A seguir, irá apresentar-se através da figura 5, a dívida líquida do setor público, em percentuais do Produto Interno Produto (PIB).

Figura 5: Dívida Líquida do Setor Público em Percentuais do PIB



Fonte: Adaptado do Banco Central do Brasil (2022).

Ainda em 2002, antes de assumir a presidência, a economia brasileira conviveu com o “efeito Lula”, tal porque, após anos de explanação, o candidato a presidência Luiz Inácio Lula da Silva evadia-se quanto a questão dos acordos com o FMI (Fundo Monetário Nacional) e a geração de superávit primário para pagar credores em dispêndio de investimento, isso, visando o crescimento do país. O governo de Lula, obrigou-se então, a mudar suas técnicas para transpor a economia interna e externa do Brasil.

Em 2003, com a grande mudança por parte dos investidores quanto a economia, baseando-se sobre a postura do novo governo de Lula, que, equilibrava-

se em manter a responsabilidade fiscal e as políticas monetárias e cambial, foi possível notar consideráveis avanços na administração da dívida pública. Visto isso, o governo buscava abraçar diversos métodos visando o desenvolvimento do mercado. Nos demais anos, até 2006, novas modificações permaneceram sendo realizadas para prover a consecução das diretrizes elencadas no Plano Anual de Financiamento, especificamente a condução da Conta Investimento e demais políticas fiscais.

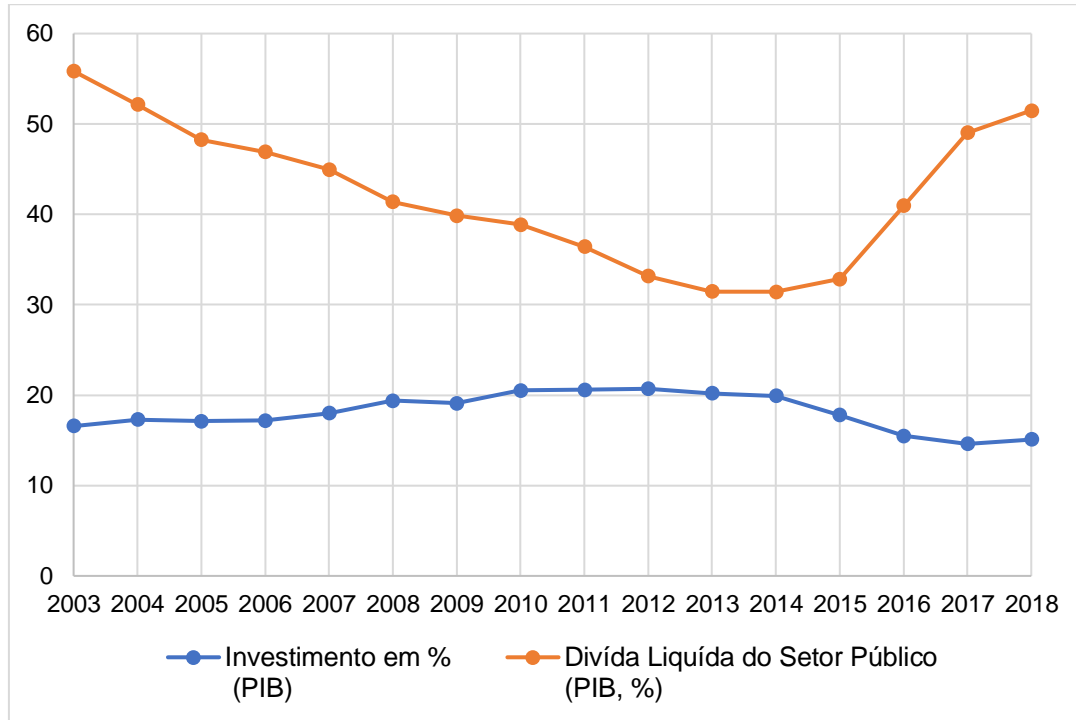
Ao decorrer do ano de 2006, o governo introduziu a isenção do Imposto de Renda sobre ganhos de capital para investidores estrangeiros. Ou seja, na prática, esses investidores direcionam seus investimentos em aplicações de períodos mais longos, permitindo a aceleração no movimento de aumento do perfil da dívida pública interna. Após o período, no ano de 2007 ocorreu um evento de grande importância durante a gestão da dívida pública, quando o Tesouro Nacional emitiu o primeiro título pré-fixado para dez anos. Ao final de 2007 até 2010, relatou-se um aumento na taxa de variação real do gasto público, no entanto, a dívida líquida do setor público em 2010 foi calculada 40% do PIB.

O governo Dilma, foi um resultado de políticas não muito bem definidas, e para os críticos, desenhou-se como uma maquiagem nos índices oficiais econômicos, com o uso de “pedaladas fiscais” para amainar repentinamente as contas do governo, através de demora no repasse de dinheiro pelo Tesouro Nacional para os bancos públicos. Esse fator mascarou o mercado financeiro, causando a impressão de que o governo padeceria com despesas menores do que as autênticas.

Nota-se que, durante o ano de 2015 até 2018, a dívida pública alcançou patamares elevados, significantes por uma série de delitos, como o *impeachment* da ex presidente Dilma Rousseff, resultante do aumento dos itens controlados pelo governo. O então vice-presidente Michel Temer transcende o governo, equivalendo-se de políticas monetárias para estagnar os preços dos itens controlados, gerando então um aumento emergencial na taxa básica de juros (essa acarretando ainda mais os gastos do governo com juros).

A relação entre dívida pública e investimento jamais esteve tão presente como nos períodos estudados, inclusive, é notório o fato de que há um giro da economia quando se cria um endividamento público. Conforme prescrito, através da figura 6 irá comparar-se ambas variáveis macroeconômicas.

Figura 6: Comparação Entre Investimento e Dívida Líquida do Setor Público



Fonte: Adaptado do Banco Central do Brasil (2022).

Observa-se que as curvas de investimento e endividamento público andam de forma contingencial, se desprendendo em 2016 a 2018 por alguns fatores incomuns. Entretanto, é importante detectar que a dívida pública produz uma externalidade considerável para o patamar econômico do país, auxiliando na condução das políticas monetárias e amparando a consolidação do sistema financeiro, denominado título de dívida pública.

Os títulos de dívida pública são papéis ou propriamente títulos emitidos pelo Governo Federal Brasileiro para fins de custear investimentos e compra de máquinas por parte do estado. Esses títulos são parte de uma ferramenta imprescindível na atuação diária do Banco Central do Brasil visando a realização do seu objetivo de garantir a estabilidade da moeda, sendo utilizado como lastro para as operações típicas de política monetária, além de constituir-se para as composições de títulos privados. Portanto, pode-se concluir que o desenvolvimento saudável do mercado de títulos (públicos e privados) capacita ampliar a liquidez do

sistema financeiro, alocando recursos, fortalecendo a estabilidade financeira e macroeconômica do país.

4.1.4 Métodos no Longo Prazo para Conter a Inflação

Como visto na seção anterior, no curto prazo equivale-se do uso da taxa básica de juros para controlar a inflação, ocasionando uma série de consequências. Nessa seção irá abordar-se sobre os métodos alternativos de contenção da taxa inflacionária, considerando que, no curto prazo tem-se uma opção consolidada por parte do governo, e no longo prazo ainda há lacunas para observar-se.

O condução da tentativa de controle da inflação propicia uma repercussão forte sobre a consolidação do governo, avaliando qualitativamente e quantitativamente os impactos trazidos pelo método utilizado, direcionando-se a uma conclusão que seja por esse fator e outros demais que o governo se equivale somente da taxa de juros como plano de ação visando estagnar a taxa inflacionária.

Diante da afirmativa acima, a inflação no longo prazo tem como prognóstico os problemas fiscais. A consequência desses problemas, conduzem para que o país recorra a impressão de papel moeda, considerando atingir o fechamento das contas. Constata-se então, que para controlar a inflação, o governo precisa diminuir a indigência de se financiar com emissão de moeda. Há três medidas para o governo equivaler-se: ajuste das finanças, corte de gastos e aumento dos impostos.

O governo de forma ineficaz já tentou controlar a inflação à força, se utilizando do congelamento de preços de bens e serviços (tabelando os preços). Não foi durante o período analisado no presente estudo, porém é seletivo saber que o governo buscou por alguma medida visando a solução do problema gerado pela inflação nas políticas fiscais, e não obteve êxito.

4.2 DIAGNÓSTICO DO PERFIL INFLACIONÁRIO BRASILEIRO A PARTIR DAS POLÍTICAS FISCAL E MONETÁRIA, NO PERÍODO DE 2003 A 2018

Para estudar-se o fenômeno conduzido pela inflação e taxa de juros, deve-se elaborar uma breve análise do perfil inflacionário brasileiro, condicionado aos seus

gastos, seja na compra de bens/serviços ou mesmo na hora de adquirir créditos junto as instituições financeiras.

De certa forma, o poder de aquisição do indivíduo brasileiro sempre está afetado pelo sistema inflacionário, sendo que, o governo e o Banco Central administram a política imposta para a elaboração do projeto da variável macroeconômica. O governo equivale-se de políticas contracionistas ou expansionistas.

Na seção seguinte, irá analisar-se a composição do poder de compra no Brasil, atribuindo tabelas com comparações entre salário mínimo e valor de commodities, encabeçando o principal segmento alusivo ao mercado financeiro no país, nas medidas das políticas monetárias e fiscais.

4.2.1 Poder de Compra no Brasil

Após realizada a análise sobre fatores que surgem como solução para aliviar a inflação, é importante estudar sobre fatores que compõem para a formação da variável macroeconômica. A inflação ataca fortemente as finanças das pessoas, quando distorcem preços relativos, ocasionando várias ineficiências na economia.

De forma prática, o poder de compra do Brasileiro é afetado no momento em que há um desequilíbrio entre oferta e demanda. Ao pender-se para o lado da demanda, a curva da inflação passa a estabelecer que tenha mais compradores do que vendedores para os produtos de bens e serviços, sendo que, conseqüentemente os preços dos mesmos se elevam. Já quando se inclina para a perspectiva da oferta, tem-se a criação de muito produto disponível embora não há dinheiro em poder das pessoas para adquirirem os respectivos produtos, ou seja, gera-se uma ineficiência relativa na liquidez do sistema financeiro.

O salário mínimo é classificado pelo Banco Central do Brasil (2022) como um indicador capaz de transpor a qualidade de renda e o poder de compra da população brasileira. Através da tabela 1, visualiza-se a crescente do mesmo durante 2003 a 2018.

Tabela 1: Salário Mínimo do Período de 2003 a 2018

Ano	Salário Mínimo
1° Governo Lula	
2003	R\$ 240,00
2004	R\$ 260,00
2005	R\$ 300,00
2006	R\$ 350,00
2° Governo Lula	
2007	R\$ 380,00
2008	R\$ 415,00
2009	R\$ 465,00
2010	R\$ 510,00
1° Governo Dilma Rousseff	
2011	R\$ 545,00
2012	R\$ 622,00
2013	R\$ 678,00
2014	R\$ 724,00
2° Governo Dilma Rousseff	
2015	R\$ 788,00
2016	R\$ 880,00
Governo Michel Temer	
2017	R\$ 937,00
2018	R\$ 954,00

Fonte: Adaptado do Fetapergs (2022).

Observa-se que, o salário mínimo sofreu um aumento gradual durante os anos, condizente com o que se apresenta no mercado financeiro brasileiro. Porém, deve-se analisar o indicador econômico relacionando-se a inflação de momento, segmentado a cada período. Diante disso, explora-se através da tabela 2, a relação entre salário mínimo e a inflação (medida a IPCA). Instiga-se a investigação da quantidade de gasolina que poderia ser comprada com o salário mínimo dos períodos analisados.

Tabela 2: Comparação Entre Valor do Litro de Gasolina e Salário Mínimo

Ano	Litros
2003	111,5
2004	118,75
2005	122,4167
2006	132,25
2007	148,6667
2008	163,5833
2009	183,5833
2010	198,6667
2011	199,3333
2012	227,3333
2013	237,5833
2014	243,4167
2015	236,0833
2016	239,1667
2017	249,25
2018	216,75

Fonte: Adaptado do Poder360 (2022).

Deve-se realizar uma breve perquirição referente a ilustração da tabela 1, juntamente com a observação da tabela 2. O segmento de fácil notoriedade é a qual o valor do salário mínimo se elevou mais do que o valor do litro da gasolina, considerando as épocas de inflação. Embora na tabela 1 o salário mínimo sempre se manteve em elevação constante durante os períodos, os indicadores da tabela 2 demonstram uma significativa persuasão no ponto de vista macroeconômico. Sendo assim, projeta-se que de 2003 a 2014 todo cenário se manteve de acordo com a normalidade, porém, de 2014 a 2018, os processos se corromperam, visto que, há uma forte ligação com o aumento da inflação sobretudo pela elevação dos preços dos produtos administrados. Ainda, considera-se outros diversos motivos, como excesso ou escassez na oferta ou demanda, preços dos commodities, variações do câmbio, formação de estoques e desoneração de tributos, além de questões sazonais e climáticas.

Segundo pesquisa do site Poder360 (2022), onde há a intenção de valorizar o crescimento do poder de compra do brasileiro com o passar dos anos, no ano de 2003 abastecia-se 1,88 tanques de gasolina com apenas um salário mínimo, sendo que, em 2016, com os mesmos um salário mínimo, se abastece cerca de 4,68 tanques de gasolina. Outra comparação é descrita quando em 2003 para comprar um veículo utilitário gastava-se cerca de 68,8 salários mínimos, já em 2016 precisaria desembolsar aproximadamente 32,4 salários mínimos. Ainda, no ano de

2003 para adquirir a famosa cesta básica o rendimento mínimo era de 0,97, e em 2016, o mínimo classificou-se em 2,63.

Observa-se que, conforme foi trabalhado nos exemplos anteriormente, a crescente nos gastos (considerando o período de 2014 a 2018), relacionado a inflação, faz com que o poder de compra dos brasileiros diminua cada vez mais, isso relativo à renda de épocas passadas. Sendo assim, a população acaba por cada vez comprar menos, afetando diretamente a vida diária de cada indivíduo. A saída para o problema que se arrasta durante os períodos estudados, é equivaler-se das promoções de determinados produtos, como é o exemplo do óleo de soja, que é formado por um preço em alta. A segunda opção, essa já estudada durante os segmentos do trabalho, é utilizar-se da taxa de juros como ponto positivo, quando se atrela investimentos visando o lucro. Esse fator, faz com que se preserve o dinheiro.

4.3 ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO E A NEUTRALIDADE DA MOEDA

O crescimento econômico no país depende de várias variáveis, embora, a razão dele projeta-se fomentar uma forma de melhoria da qualidade de vida da população como um todo. Sendo assim, é de extrema importância o governo alocar seus recursos com maior precisão e acerto, para transpor lacunas existentes no território, em específico, brasileiro. Esse movimento apresenta-se como conceito quantitativo, porém, indiretamente, classifica-se também como qualitativo, pois gera perspicácias do cotidiano das pessoas. Mais a fundo, é relativo tratar que a trajetória do crescimento eleva o nível de atividade econômica de um local, avaliando todos os setores produtivos que preenchem determinada região.

A neutralidade da moeda, no que diz respeito ao crescimento econômico, entrelaça-se historicamente, visto que, afeta diretamente o poder de compra da população. Essa representação é consentida no dia a dia de cada um, abrangendo alterações em variáveis nominais, como mudanças nos preços, salários, câmbio, entre outros. A moeda desempenha um papel essencial no mercado em geral, divididas em segmento, sendo que, a mais usada é a moeda escritural, que é transacionada não necessariamente tendo que haver o papel em mãos. Além disso, existe também a moeda fiduciária, que no Brasil é o Real.

4.3.1 Neutralidade da Moeda em Seu Contexto Histórico

O conceito da neutralidade da moeda afirma que qualquer política monetária não possui nenhuma efetividade real, não desempenhando papéis sobre o desemprego, por exemplo. As escolas econômicas se confrontam, classificando a importância da moeda de diversas formas.

Os clássicos, através de Friedman, com sua Teoria Quantitativa da Moeda, apoiam-se ao motivo de que a quantidade de moeda disponível determina o nível dos preços em uma economia, sendo que, a taxa de crescimento da quantidade monetária determina a taxa de inflação. Ou seja, a moeda para os clássicos era retida apenas para transacionar valores, não agregando nenhum valor a mais sobre a mesma. Há algumas variáveis conhecidas que não eram atingidas pela moeda, na visão ortodoxa clássica, expressas pela produção, emprego e a taxa de juros.

Na contramão, surge os Keynesianos, que conduzido pelas ideias de Keynes, formaram uma grande distinção de suas ideias comparadas a apologia monetária feita pelos clássicos. A contrapor os clássicos, Keynes com a Teoria do Juro do Emprego e da Moeda, fomentava o motivo especulação da moeda, visto que, o desejo dos agentes econômicos em reter moeda, depende diretamente da taxa de juros, observando que, a função reserva de valor seria comandada pela demanda por moeda para fins especulativos. A segregação das ideias keynesianas, da garantia de que a moeda afeta a produção e o emprego, para mais e para menos, de forma contingencial, aliando-se aos investimentos, que se ajustavam junto ao crescimento econômico, sendo que, sem investimento não há crescimento.

Conforme a representação da figura 6, é possível identificar os tópicos defendidos pelas duas escolas econômicas:

Quadro 1: Comparação Entre os Modelo Clássico e Keynesiano

A moeda no modelo clássico	A moeda no modelo Keynesiano
<ul style="list-style-type: none"> •A moeda serve apenas como intermediária de trocas. Ninguém retém moeda pela moeda, já que se admite a existência de outros ativos que desempenham a função reserva de valor melhor que os ativos monetários. •A moeda determina apenas o nível geral de preços, não afetando, contudo, a estrutura dos preços relativos, a qual está ligada ao processo de alocação dos recursos. As mudanças que porventura venham a se verificar na estrutura dos preços relativos são determinadas por fatores reais, não monetários. Assim, a moeda não afeta a produção nem o emprego, determinando apenas o nível geral dos preços e os salários nominais. •A moeda não afeta de forma permanente a taxa de juros. Esta é um fenômeno real, determinado pela parcimônia e pela produtividade marginal do capital. Os possíveis efeitos da moeda sobre a taxa de juros são apenas transitórios. • A moeda age diretamente sobre a demanda agregada de bens e serviços. Mas, dado que a economia opera em permanente situação de pleno emprego, este tipo de ação afeta apenas os preços, não o nível de emprego. Essa ação da moeda pode ser assim sintetizada: <p>Δ Moeda \rightarrow Δ Demanda agregada de bens e serviços \rightarrow Δ Preços</p>	<ul style="list-style-type: none"> •A moeda é desejada pelos agentes econômicos como reserva de valor. Dependendo das variações futuras das taxas de juros, ela pode ser fonte de importantes ganhos de capital. •A moeda, via taxa de juros, afeta o nível dos investimentos e, conseqüentemente, a demanda agregada no mercado do produto. Afeta, portanto, a produção e o nível do emprego. • A moeda determina a taxa de juros. Em Keynes os juros são considerados um fenômeno exclusivamente monetário, significando um prêmio que os agentes econômicos recebem por abrir mão de liquidez. •A moeda age, indiretamente, sobre a demanda agregada no mercado do produto, afetando assim o setor real da economia. Essa ação pode ser assim sintetizada: <p>Δ Moeda \rightarrow Δ Taxa de Juros \rightarrow Δ Investimento \rightarrow Δ Demanda agregada</p>

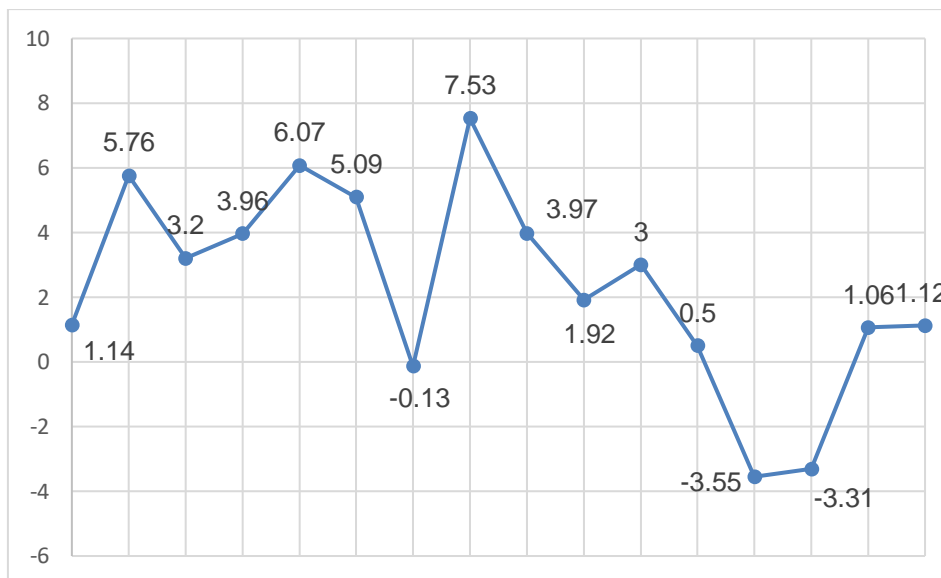
Fonte: Vettorello (2015).

Afirma-se que, após analisar os tópicos do quadro 1, é possível identificar que Friedman compreende a moeda como elemento central da macroeconomia, com um poder elevado na condução da economia, todavia, no conglomerado do crescimento econômico, influencia no curto prazo de forma ampla, sendo que, se for conduzida equivocadamente, gerará vários distúrbios no funcionamento como um todo. Para o sistema de Keynes, o crescimento econômico será afetado sobretudo no longo prazo, pois o motivo especulativo condiciona liquidez ao mercado, está muito procurada pelos agentes econômicos, elevando-se através de quando maiores forem os riscos, maiores serão as taxas de juros que o mercado irá oferecer, proporcionando a preferência pela liquidez.

4.3.2 Índices de Crescimento Econômico

O crescimento econômico de uma nação está conjuntamente compactuado com o desenvolvimento da capacidade produtiva que está inserida no determinado local. Para isso, utiliza-se do indicador de produção para mensurar e avaliar a capacidade da região, sendo este o Produto Interno Bruto (PIB), que conduz consigo os três setores da economia: primário, secundário e terciário. Na figura 7, é possível analisar-se os valores referentes ao período de estudo.

Figura 7: PIB Brasileiro



Fonte: Adaptado do IBGE (2022).

As eleições de 2002 prejudicaram significativamente a economia no primeiro ano de mandato do presidente Lula, ocasionando um ortodoxo e surpreendente ajusta na economia para corrigir esses desequilíbrios. Embora fosse um evento importante, no conglomerado geral, não afetou tanto a economia no período de 2003 a 2010. Visto isso, foi o dólar que gerou uma quimera, devido ao seu arranjo em disparada ele entra em confronto com os gastos do governo, pois o governo se torna incapaz de controlar os aumentos suscetíveis ao mesmo. Sendo assim, a única maneira vislumbrada para o Banco Central do Brasil entregar uma inflação de preços relativamente tolerável é produzindo uma brutal recessão (através dos juros crescentes), contribuindo como consequência para o desemprego, redução de salários e fim da demanda.

Em uma breve análise do gráfico, é possível mensurar que em 2010, a economia brasileira obteve seu maior aumento nos anos 2000, refletindo no cenário

mundial, quando tornava-se a sétima maior economia do mundo. O consumo das famílias foi extremamente relevante para o condicionamento do indicador PIB, visto que, o faturamento daqueles que haviam empresas se tornou algo elevado, protagonizando liquidez no setor econômico. Contudo, o extremismo no indicador de crescimento, trouxe aliado, sendo justamente a taxa básica de juros.

Nota-se que, em 2015 houve uma forte recessão no poder do crescimento econômico, este, uma área afetada também pelos preços, pois a taxa de juros teve que ser alterada para conter o aumento da inflação. Os preços administrados se tornam extremamente fora do padrão brasileiros, prejudicando o poder de compra da população, desmanchando as conotações sobre liquidez de mercado. Após o período, a economia gradativamente toma seu rumo, crescendo através de indicadores macroeconômicos.

4.3.3 Crescimento Econômico e Moeda

O crescimento econômico mensura-se no longo prazo através da mão de obra e a taxa de formação de capital, sendo que, as influencias sobre essas variáveis são as fontes básicas de crescimento econômico. O que tange no modelo defendido pela neutralidade da moeda, as variáveis reais, como o PIB não condiciona amarras para a formação do valor papel moeda. Embora seja uma perspectiva arriscada, é possível notar que há uma relação indireta, tanto no curto prazo, quanto no longo prazo entre as variáveis, pois como estudado no período de 2010, por exemplo, há uma emboscada realizada através da utilização da taxa para conter os aumentos elevados de mercado, buscando o livre acesso a deflação.

Ressalta-se que, levando em consideração principalmente o modelo Keynesiano, a moeda tem efeitos reais grandiosos sobre a economia, afetando o crescimento, através de instrumentos anticíclicos. Essa afirmação tem uma explicação, fazendo um adendo a momentos de crise, aumentar a oferta monetária seria capaz de gerar um efeito positivo na economia e elevar o nível de produção, emprego e renda.

Para o modelo clássico, não há nenhuma análise que seja capaz de mensurar a relação entre moeda e crescimento econômico, visto que, no sentido clássico, a moeda funcionaria apenas para intermediação de trocas. Ou seja, considerando que

a economia esteja andando em pleno emprego, a moeda de demanda por bens e serviços atingirá apenas o nível de preços e não o nível de empregos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao passar dos anos, o Brasil conviveu intensamente com problemas de controle da inflação. Com o viés de evidenciar as facetas desse combate, buscou-se analisar se realmente a taxa básica de juros é o instrumento mais adequado para atingir a instabilidade inflacionária do país, explorando ao máximo as políticas monetária e fiscal. Considerando as formas de condução para condicionar o controle inflacionário, ressalta-se que foi desenvolvida uma análise periódica dos governos, transpondo dados que geraram determinantes conclusos a monografia.

Assim, o objetivo geral da presente monografia foi investigar se a taxa de juros é um instrumento indispensável e mais adequado no combate à inflação no Brasil. Buscou-se, através de dados governamentais, identificar se realmente a taxa básica de juros é o melhor sistema adotado para equilibrar a taxa de inflação, consequentemente, apresentando seus pontos positivos e negativos. Embora tão importante quanto, também se relata outras formas de controle inflacionário, que foram muito pouco utilizados pelos governos no Brasil. Ainda, discutiu-se a relação entre as variáveis monetárias e fiscais, e como elas afetam o crescimento econômico e a neutralidade da moeda. Diante disso, valeu-se de gráficos, tabelas e dados estatísticos para realizar as diretrizes do presente estudo, fazendo o levantamento das conduções do tripé de presidentes em seu período de atuação. Além do mais, relatou-se que foram mensuradas as consequências dos momentos que tiveram distorções nas trajetórias dos governos citados.

Para atingir o objetivo geral, foi necessário desenvolver três objetivos específicos. O primeiro propunha fazer uma “abordagem histórica” do porque o governo equivaleu-se demasiadamente da taxa básica de juros para controlar a inflação, sendo este atingido através do referencial teórico e resultados, quando expressa-se contingencialmente os períodos vivenciados em relação a taxa inflacionária, que, acerca disso, o governo não poderia correr riscos de errar o método de controle, pois causaria outros estragos na economia. De fato, dimensiona-se o poderio que há no mercado financeiro do Brasil, este sendo realizado durante os resultados, considerando que exista um certo impacto das variáveis macroeconomias, inflação e taxa básica de juros. No intuito de cumprir o

objetivo foi realizado um comparativo do Produto Interno Bruto e do preço da gasolina. Além disso, considerou-se os valores referentes ao salário mínimo.

Acerca da importância de atingir o último objetivo específico, realizou-se um breve estudo sobre o contexto histórico da moeda, esplandecendo a relação da mesma com o crescimento econômico do país, englobando as variáveis monetária e fiscal. Configurou-se as distinções da escola Clássica, Keynesiana e Monetária, visando a perquirição da atuação de cada uma em uma economia de crescimento, considerando que haja vestígios de períodos de inflação conclusos a utilização da taxa básica de juros. Para isso, foi utilizado o índice que mede a produção brasileira, o PIB, correlacionado aos ideais das três escolas.

O problema de pesquisa do presente estudo foi “de que forma a taxa básica de juros pode ser um instrumento eficiente no combate à inflação?”, sendo resolvido através da demonstração do controle de atuação de uma variável a outra. A inflação é controlada facilmente com o uso adequado da taxa de juros, além do mais, conduz a economia para uma certa liquidez pois a taxa de juros gera dívida pública, obrigando o governo abrir as comportas para os investidores, girando os ciclos econômicos. Ainda, por mais que os preços se tornam elevados, não interferem diretamente no crescimento econômico pois as curvas de inflação e crescimento em alguns períodos não se segmentam juntas. Esse fato projeta que a população continua demandando (gradual ao período), pondera-se então, que há toques apenas suscetíveis em relação a inflação.

Visto isso, conclui-se que a taxa básica de juros no curto prazo pode ser o instrumento adequado para controlar a inflação (sendo utilizada em breves pedaços de tempo - até dois anos), embora associada ao longo prazo, deve-se considerar outra metodologia de trabalho, pois, devido a capacidade de desestimular a economia, torna-se um grande arrefecedor na perspectiva da demanda. Sendo assim, no longo prazo, considera-se a imposição do governo com a necessidade de financiar a emissão de papel moeda, recorrendo a medidas como o ajuste de finanças, corte de gastos e aumento dos impostos, além de aumentar o desempenho produtivo. Portanto, através dos métodos citados, o governo pretenderá afetar as causas do problema, considerando este, à política fiscal, e não os efeitos (aumento de preços).¹

¹ A composição do período considerado curto prazo de acordo com a pesquisa, mensura-se por ser de até dois anos. Por outro lado, o longo prazo é representado por um período maior que dois anos.

Identifica-se que, a inflação presenciada na economia brasileira, se distancia de uma comparação entre as escolas monetárias abordadas ao decorrer da presente monografia, visto que, nenhuma considera ideal equivaler-se da taxa de juros quando há incidência de inflação. A escola clássica direciona-se visando defender o choque monetário, quando se expande a base monetária em relação ao crescimento real, sendo que, no Brasil objetiva-se restringir o acesso a moeda, através da elevação dos juros. Por outro lado, os keynesianos defendem justamente o modelo de longo prazo (ajuste de finanças, corte de gastos e aumento dos impostos), não recomendando a utilização da taxa de juros para combater a inflação, uma vez que, identificam que a inflação na maioria dos casos é recorrente de um problema no lado da oferta e não de demanda (considerando que a taxa de juros incida na perspectiva da demanda). Outro modelo de controle de inflação distante do utilizado no Brasil, é o monetarista, que através de Friedman, estabelece que o problema inflacionário é decorrente de um fenômeno monetário, e não fiscal.

Quanto as limitações deste estudo, pode-se ressaltar que, os dados referentes a figura 2 “Taxa de Juros Selic (média, %)”, foram considerados através de uma média feita pelo pesquisador, visto que, os dados foram encontrados no site do Banco Central. Ou seja, considera-se que podem haver pequenas diferenças entre os valores reais, entretanto, isso não significa que estes interferiram diretamente na análise dos resultados da pesquisa.

Como sugestão de pesquisas futuras, destaca-se a importância de analisar os períodos após 2018, sob presidência de Jair Messias Bolsonaro – considerando que teve uma grande crise mundial, vivida pela pandemia de COVID-19. Além disso, teve fortes discrepâncias nos valores de commodities, por exemplo, que interferem diretamente na conjuntura inflacionária. Ainda, como estímulo, fica a questão, se após passada a COVID-19, seria possível inserir a metodologia de longo prazo (analisada durante o presente estudo) para controlar a inflação.

REFERÊNCIAS

AMORIM, P. **IPCA, IGP-M, IPC-S: Conheça os Principais Índices de Inflação no Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://fdr.com.br/2021/11/29/ipca-igp-m-ipc-s-conheca-os-principais-indices-de-inflacao-do-brasil/>>. Acesso em: 21 mai. 2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**, 2006: [artigo científico]. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnEPQ76.pdf> Acesso em: 28 mar. 2022.

BORG, P. **Inflação na Argentina Sobe 6% em Abril**, 2022. Disponível em: <<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2022/05/12/inflao-argentina-sobe-6-pontos-percentuais-em-abril-e-acumula-maior-alta-em-12-meses-desde-1992.ghtml>>. Acesso em: 21 mai. 2022.

BRAGA, J. M. **A Inflação Brasileira na Década de 2000 e a importância das Políticas Não Monetárias de Controle**, 2013. [artigo científico]. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/mFyLynbjSHwQqLSHc7BqcfH/?lang=pt>> Acesso em: 23 mai. 2022.

BUSS, G. **Inflação do Brasil é a 4º maior do G20**, 2022. Disponível em: <[https://www.poder360.com.br/economia/inflacao-do-brasil-e-a-4a-maior-do-g20/#:~:text=Na%205%C2%AA%20feira%20\(19.mai,%25%20para%207%2C9%25](https://www.poder360.com.br/economia/inflacao-do-brasil-e-a-4a-maior-do-g20/#:~:text=Na%205%C2%AA%20feira%20(19.mai,%25%20para%207%2C9%25)>. Acesso em: 21 mai. 2022.

CARDOSO, G. S. **Política Fiscal e Gasto Público no Brasil**, 2019: [artigo científico]. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/30807/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_GuilhermeSilvaCardoso.pdf> Acesso em: 22 maio. 2022.

CASTRO, J. R. **O que Foi o Plano Real e Como Ele Controlou a Hiperinflação**, 2020. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/explicado/2019/06/30/O-que-foi-o-Plano-Real-e-como-ele-controlou-a-hiperinfla%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em: 08 mar. 2022.

CAVALCANTE, R. **Uma discussão acerca dos resultados da “teoria geral do emprego, do juro e da moeda” sobre a teoria macroeconômica de demanda por moeda**, 2003. [artigo científico]. Disponível em: <<file:///C:/Users/Acer/Downloads/56727-Texto%20do%20artigo-751375213789-1-10-20201116.pdf>> Acesso em: 23 mai. 2022.

COELHO, B. **Referencial Teórico: entenda a importância para seus trabalhos acadêmicos**, 2021. Disponível em: <<https://blog.mettzer.com/referencial-teorico/>>. Acesso em: 19 mai. 2022.

DIANA, J. **Pesquisa Quantitativa e Pesquisa Qualitativa**, 2019. Disponível em: <<https://www.diferenca.com/pesquisa-quantitativa-e-pesquisa-qualitativa/>>. Acesso em: 15 abril. 2022.

EBANX. **Política fiscal e a relação com o Congresso Nacional, 2022**. Disponível em: <<https://www.remessaonline.com.br/blog/politica-fiscal-e-congresso-nacional/#:~:text=A%20expansionista%20busca%20estimular%20a,e%20diminui%20C3%A7%C3%A3o%20dos%20gastos%20p%C3%ABlicos.>>. Acesso em: 23 maio 2022.

EBANX. **Política Fiscal e a Relação com o Congresso Nacional**. São Paulo: Remessa Online, 2022. Disponível em: <<https://www.remessaonline.com.br/blog/politica-fiscal-e-congresso-nacional/>>. Acesso em: 23 maio 2022.

EBANX. **Conheça todos e entenda como impactam a economia de um país**. São Paulo: Capital Research, 2019. Disponível em: <<https://capitalresearch.com.br/blog/tipos-de-inflacao/>>. Acesso em: 21 maio 2022.

ELLERY, R. **Economistas Divergem Sobre Eficiência Da Taxa Selic Como “Remédio” Para Frear Inflação, 2022**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/05/06/economistas-divergem-sobre-eficiencia-da-taxa-selic-como-remedio-para-frear-inflacao#:~:text=Outro%20foi%20em%202003%2C%20quando,at%C3%A9%20hoje%20como%20de%20prosperidade.>>. Acesso em: 05 out. 2022.

FETAPERGS. **Tabelas Salário Mínimo, 2022**. Disponível em: <<http://www.fetapergs.org.br/index.php/2015-07-27-16-46-22/tabelas-salario-minimo>>. Acesso em 16 out. 2022.

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Grupo GEN, 1987. 9788597012934. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

GODOY, C. **O que é Referencial Teórico no TCC?** 2019. Disponível em: <<https://monografiaperfeita.com.br/o-que-e-referencial-teorico-do-tcc/>>. Acesso em: 19 mai. 2022.

GONÇALVES, P. **São Paulo: Normatização de Trabalhos Acadêmicos, 2021**. Disponível em: <https://fio.edu.br/manualtcc/co/6_Referencial_Teorico.html#:~:text=Segundo%20Marion%2C%20Dias%20e%20Traldi,consist%C3%Aancia%20a%20todo%20o%20estudo.3>. Acesso em: 19 maio 2022.

GRANDCHAMP, L. **Entenda Como a Taxa de Juros Impacta no Câmbio**, 2020. Disponível em: <<https://www.jornalcontabil.com.br/entenda-como-a-taxa-de-juros-impacta-no-cambio/>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

GUEDES, Paulo. **Sobre Política Fiscal**, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/sobre-politica-fisc>>. Acesso em: 22 maio 2022.

JARDIM, T. **Os Gastos Públicos e o Crescimento Econômico Brasileiro Pós-Plano Real**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal De Santa Maria Centro De Ciências Sociais E Humanas Departamento De Economia Curso De Ciências Econômicas. Santa Maria, p. 10. 2007.

KONRAD, C. **A Relação Entre Inflação, Juros e Câmbio**, 2022. Disponível em: <<http://clubedefinancas.com.br/materias/a-relacao-entre-inflacao-juros-e-cambio/#:~:text=Uma%20dessas%20combina%C3%A7%C3%B5es%20%C3%A9%20a,expectativa%20da%20taxa%20de%20c%C3%A2mbio.>>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

KREMER, R. L. **Friedman e o monetarismo**, 2003. [artigo científico]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/fce/wpcontent/uploads/2017/02/TD01_2003_kremer_corazza.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2022.

LAKATOS, Eva M. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Grupo GEN, 2021. 9788597026580. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/>>. Acesso em: 19 mai. 2022.

LEVY, J. **Inflação Esfria no Verão**, 2022. Disponível em: <<https://www.moneytimes.com.br/joaquim-levy-inflacao-esfria-no-verao/>>. Acesso em: 08 mar. 2022.

LIMA, E. C. S. **Metas de Inflação**, 2019. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/economia/metas-de-inflacao/#:~:text=O%20sistema%20de%20metas%20de%20infla%C3%A7%C3%A3o%20visa%20manter,ser%20controlada%20no%20Brasil%20atrav%C3%A9s%20do%20Plano%20Real.>>>. Acesso em: 21 mai. 2022.

MAXIMO, W. **Entenda os Fatores que Pressionam a Inflação no Brasil e no Mundo**, 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/entenda-os-fatores-que-pressionam-inflacao-no-Brasil-e-no-mundo>> Acesso em: 08 mar. 2022.

MEGALE, Paulo. **Entenda As Consequências Da Alta Da Selic, A Taxa Básica De Juros**, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/04/entenda-as-consequencias-da-alta-da-selic-a-taxa-basica-de-juros.ghtml>>. Acesso em 23 maio 2022.

MELLO, E. **Tipos de Inflação: quais são, causas e como afetam a economia**, 2022. Disponível em: <<https://investidor.estadao.com.br/educacao-financeira/quais-sao-diferentes-tipos-inflacao>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

MIOZZO, J. **Inflação na Década**, 2022. Disponível em: <<https://blog.nubank.com.br/inflacao-na-decada/>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

NETO, Campos. **Política Monetária**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao>>. Acesso em: 21 maio 2022.

NETO, Campos. **Política Monetária**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>>. Acesso em: 21 maio 2022.

NETO, Campos. **Política Monetária**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>>. Acesso em: 22 maio 2022.

NETO, Campos. **Taxa de Câmbio**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/perguntasfrequentesrespostas/faq_taxacambio>. Acesso em 23 maio 2022.

NETO, Campos. **Calculadora do Cidadão**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigerPorIndice.do?method=corrigerPorIndice>>. Acesso em 02 outubro 2022.

NETO, E. **Produto Interno Bruto - PIB**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em: 25 outubro 2022.

OLIVEIRA, J. J. **Subir Mais os Juros para Derrubar Inflação Pode Ser Inútil no Brasil Hoje**, 2022. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/03/13/juros-tem-menos-poder-contrainflacao-atual-mas-ainda-e-melhor-arma.htm#:~:text=Como%20juros%20combatem%20infla%C3%A7%C3%A3o,para%20repassar%20aumentos%20de%20custos.>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

OMAR, J. H. D. **Taxa de Juros: Comportamento, Determinação e Implicações para a Economia Brasileira**, 2008. [artigo científico]. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rec/a/qbJy8N3grsgYvzCYJVnDB6D/?lang=pt>> Acesso em: 23 mai. 2022.

PEDRAS, G. **Histórias da Dívida Pública no Brasil: de 1964 Até os Dias Atuais, 2021:** [artigo científico]. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:4719> Acesso em: 10 out. 2022.

PENA, R. A. **O Que é Inflação?** 2022. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-inflacao.htm>>. Acesso em: 21 mai. 2022.

REIS, T. **Política Monetária: O que é e Como ela Impacta a Economia**, 2017. Disponível em: <<https://www.sun0.com.br/artigos/politica-monetaria/>>. Acesso em: 21 mai. 2022.

REIS, T. **Entenda O Que É Neutralidade Da Moeda E O Que Ela Representa Na Economia**, 2022. Disponível em: <<https://www.sun0.com.br/artigos/neutralidade-da-moeda/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20a%20neutralidade,taxas%20de%20c%C3%A2mbio%2C%20entre%20outros.>>>. Acesso em: 28 out. 2022.

RODRIGUES, F.. **Vídeo engana ao comparar poder de compra em 2006 e 2022**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/video-engana-ao-comparar-poder-de-compra-em-2006-e-2022/>>. Acesso em 16 out. 2022.

ROSSI, P. **Como os Governos Controlam a Inflação**, 2022. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/inflacao-como-os-governos-controlam/platb/category/sem-categoria/#:~:text=Dados%20da%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Instituto%20de,subi%20para%20499%2C%25>>>. Acesso em: 21 mai. 2022.

SANDRONI, P. **Consequências da Inflação Alta**, 2022. Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/economia/consequencias_inflacao.htm>. Acesso em: 21 mai. 2022.

SCHIABEL, E. **Relação Taxa de Juros, Inflação e Taxa Cambial**, 2021. Disponível em: <<https://www.redecambioseguro.com.br/cambio/relacao-taxa-de-juros-inflacao-e-taxa-cambial/#:~:text=Assim%2C%20podemos%20dizer%20que%20a,Essa%20%C3%A9%20uma%20rela%C3%A7%C3%A3o%20esperada!>>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

SILVA, Rafael, M. **Métodos de Procedimentos**, 2021. Disponível em: <<https://monografiaperfeita.com.br/courses/colecao-tcc-digital/lessons/6-metodos-de-procedimento/>>. Acesso em: 15 abril. 2022.

SICSÚ, J. **Políticas Não-monetárias de Controle da Inflação: uma proposta pós-keynesiana**, 2003. [artigo científico]. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomico/article/view/10725/6336>> Acesso em: 23 mai. 2022.

SOLOW, Robert. **Macroeconomia**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

TUMELERO, N. **Pesquisa Aplicada**, 2018. Disponível em: <<https://blog.mettzer.com/pesquisa-aplicada/>>. Acesso em: 15 abril. 2022.

VALLE, P. **Ministério da Economia**, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/sobre-politica-fiscal>>. Acesso em: 23 maio 2022.

VETTORELLO, G. **Relação Entre A Oferta De Moeda E Crescimento Econômico Na Economia Brasileira No Período 1995-2015**, 2015: [artigo científico]. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/3501/Monografia%20Gabriela%2c%20vers%c3%a3o%20final%20corrigida.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 20 out. 2022.

WILLIANSON, J. **O Sistema Monetário Internacional**, 1987. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/direito/o-sistema-monetario-internacional.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2022.